

Silêncio. Um retumbante e longo silêncio.

A história do Brasil foi (e segue sendo) encoberta pelo calar de vozes que, se ouvidas, podem quebrar um pacto milimetricamente construído. Uma grande aposta, que ora silenciou para fazer vigorar uma escravidão escancaradamente imoral, ora calou para que a cidadania continuasse a ser apenas uma linha no horizonte, e não um direito adquirido e usufruído por todas as pessoas que pagaram em vida apenas porque tinham a pele negra.

Só que, como disse Jorge Ben: “chove chuva, chove sem parar”. As vezes vigorosa, com pingos grossos. As vezes garoa fina de um dia inteiro. Chuva que molhou o chão desta terra chamada Brasil, e fez dela um grande lamaçal.

O *projeto Querino* é um banho de chuva. Chuva que molha, encharca, incomoda, nos obrigando a pisar em um chão quase pantanoso. Mas, passado o tempo, ela limpa e até refresca. Os pés seguem encharcados e são eles que pisam firme, abrindo espaço para uma nova escuta. Começamos a prestar atenção nessa parede de silêncio. E aos poucos os ruídos das frestas acham seus caminhos e zumbem outras histórias.

Molhado dos pés à cabeça, Tiago Rogero foi coletando e guardando as vozes que escutava. Grande parte delas eram histórias de “gente miúda”, que guardam as belezas e tristezas daqueles que costumamos chamar de “pessoas simples”, como se isso fosse algo menor. Mas, para quem está prestando atenção, esses sussurros provocam e evocam outras perguntas.

TIAGO ROGERO

projeto Querino

Um olhar afrocentrado sobre
a história do Brasil

Para os que lutaram para que estivéssemos aqui.

Existe uma história do negro sem o Brasil. O que não existe é uma história do Brasil sem o negro.

Januário Garcia

Meu papel tem sido contar a história do escravizado. Para a história do senhor [de escravizados] nunca faltaram narradores.

Frederick Douglass

11	INTRODUÇÃO
24	CRÉDITOS
27	A GRANDE APOSTA
75	O PECADO ORIGINAL
119	CHOVE CHUVA
161	O COLONO PRETO
195	OS PIORES PATRÕES
237	A COR DOS FARAÓS
273	SALVE-SE QUEM PUDE
309	DEMOCRACIA
348	AGRADECIMENTOS
350	NOTAS
385	CRÉDITOS DAS IMAGENS
386	ÍNDICE REMISSIVO

Introdução

Em 17 de março de 2023, a historiadora e jornalista Ana Flávia Magalhães Pinto tomou posse como diretora-geral do Arquivo Nacional, uma das mais importantes instituições para pesquisa e preservação historiográfica do país. O auditório do Arquivo, no Rio de Janeiro, estava lotado: historiadores, antropólogos, sociólogos, políticos, servidores, jornalistas e representantes de diferentes movimentos sociais — uma plateia majoritariamente negra e feminina. Era um momento histórico: pela primeira vez, uma mulher negra ocuparia o principal cargo da instituição, fundada em 1838.

Todos tomaram seus lugares e o mestre de cerimônias, o ator e diretor Hilton Cobra, anunciou a execução do Hino Nacional. Todos de pé. Um tempinho passou e, por alguma razão, o arquivo de mídia não começava a tocar. “Vamos cantar, então?”, sugeriu Cobra à plateia. As pessoas atenderam ao chamado e o auditório todo cantou, à capela. Aquilo mexeu comigo.

Confesso que, depois de tudo o que vivemos nos últimos anos, eu imaginaria algo assim num encontro de supremacistas brancos ou algo do tipo — afinal, a extrema direita sequestrou para

si símbolos nacionais como a bandeira do Brasil, por exemplo. Mas aquelas pessoas no auditório do Arquivo Nacional eram o extremo oposto: uma plateia progressista e diversa, cantando em uníssono cada palavra — e você sabe que o nosso Hino não é curto e nem fácil de memorizar —, do começo ao fim.

Imediatamente me lembrei de algo que Jurema Werneck, ativista e diretora-executiva da Anistia Internacional Brasil, disse durante a gravação das entrevistas para o *projeto Querino*, e que acabou saindo no sétimo episódio do podcast, “Salve-se quem puder”: “Desde que entendemos que vamos ficar aqui, então esse lugar tem de ser nosso e imprimir as nossas marcas”.

Por cerca de 350 anos, o Brasil explorou africanos e afrodescendentes. Milhões foram separados de suas famílias e culturas; escravizados, torturados e assassinados. Depois que nossos ancestrais derrubaram a escravidão, o plano do Estado brasileiro era eliminar a parcela negra da população — e não é um exagero escrever isso, como você lerá neste livro. Pelo plano, já não deveria existir mais nenhuma pessoa negra aqui no começo dos anos 2000.

Mas nossos ancestrais não aceitaram o plano. Somos a maioria da população, ainda que majoritariamente continuemos privados de toda a riqueza que criamos. Apesar de tudo, fizemos deste o nosso país. E um país que busca ser melhor. É por isso que todas aquelas pessoas cantaram o Hino com altivez na posse de Ana Flávia: este país é nosso. Não é “só” nosso porque o povo negro nunca quis segregar — ao contrário de quem, até hoje, tenta impedir que crianças negras frequentem escolas de elite, por exemplo —, mas é nosso.

Como dizia o ativista e fotógrafo Januário Garcia, “existe uma história do negro sem o Brasil. O que não existe é uma his-

tória do Brasil sem o negro”.¹ Essa ideia guiou a pesquisa e o podcast do *projeto Querino*, e agora está na epígrafe e guiará o que você está prestes a ler.

Se você já ouviu o podcast, aqui encontrará novas entrevistas, informações, dados e um mergulho ainda mais profundo em vários assuntos e acontecimentos. Este livro é o resultado de mais de um ano de novas pesquisas, escrita e minuciosa edição e checagem, entre 2023 e 2024. Por outro lado, se você nunca ouviu o podcast, fique tranquilo: não precisará — embora eu ache que possa ser interessante, mas sou suspeito para falar.

Uma vez que o podcast inspirou diretamente estas páginas, optamos por manter a estrutura — os capítulos seguem a ordem e os temas dos episódios. Também decidimos manter a linguagem coloquial, direta e simples dos roteiros, especialmente na minha parte, de “narrador”. Já as citações dos entrevistados receberam discretas adaptações para a norma escrita — sem jamais mudar o sentido das frases, claro —, somente para torná-las mais objetivas e evitar algumas repetições características da língua falada.

E quero aproveitar para, de antemão, pedir “desculpas” aos acadêmicos. Toda citação está naturalmente em seu devido lugar e as referências bibliográficas, feitas; mas o texto não carrega a — importantíssima, registre-se — rigidez de uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado. E o motivo principal é que, bem, eu não sou acadêmico, mas jornalista. Admiro profundamente o trabalho dos acadêmicos, e o *projeto Querino* não existiria se não fosse por eles. Também não existiria se os movimentos negros não tivessem lutado por ações afirmativas na educação — as leis de cotas — que hoje beneficiam pessoas de todas as cores e raças, e as pessoas com deficiência.

Ainda que o rigor historiográfico tenha sido uma base fundamental do projeto — graças principalmente à historiadora Ynaê

Lopes dos Santos, que foi a consultora em história da pesquisa e do podcast —, este é, acima de tudo, um livro jornalístico. Ou, como chamamos na prática jornalística, um “livro-reportagem”. E uma das missões do jornalismo é tentar explicar e, por vezes, até mesmo simplificar conceitos, ideias e estudos complexos — sem, contudo, tirar deles seus significados. Há o risco de que algumas explicações ou contextualizações pareçam simplistas, mas foi uma escolha que fizemos para tentar difundir ao máximo estas histórias. O nosso sonho é que este seja um livro “popular”.

Naturalmente, ele não tem a menor intenção de “esgotar” o assunto. É tão somente, como o subtítulo indica, “um” olhar afrocentrado sobre a história do Brasil. Há muitos outros.

Se este é seu primeiro contato com o *projeto Querino*, explico: é um projeto jornalístico brasileiro lançado em 6 de agosto de 2022, fruto de dois anos e sete meses de trabalho, como um podcast narrativo produzido pela Rádio Novelo e uma série de publicações na revista *piauí*. O podcast venceu o prêmio Vladimir Herzog como melhor Produção Jornalística em Áudio do Brasil em 2023 e foi nomeado um dos dez melhores trabalhos jornalísticos em áudio pelo prêmio Gabo, que engloba a América Latina. O projeto é inspirado no *1619 Project*,² criado pela jornalista estadunidense Nikole Hannah-Jones e lançado em agosto de 2019 pelo *The New York Times*.

O *projeto Querino* lança um olhar afrocentrado sobre a história do Brasil: mostra alguns dos principais momentos — como a Independência, em 1822, ou a Abolição, em 1888 — sob a ótica de africanos e afrodescendentes. Foi idealizado e coordenado por mim e teve apoio do Instituto Ibirapitanga; consultoria em história de Ynaê Lopes dos Santos e consultoria narrativa de Paula Scarpin e Flora Thomson-DeVeaux, da Rádio Novelo.

O nome do projeto é uma homenagem ao intelectual baiano Manuel Raimundo Querino (1851-1923), jornalista, professor e abolicionista que, em 1918, publicou *O colono preto como fator da civilização brasileira*, obra que trata do protagonismo dos africanos e dos afrodescendentes para a formação do Brasil. Ao todo, mais de quarenta profissionais — uma equipe majoritariamente negra e feminina — trabalharam no projeto até o lançamento, em 2022. Embora muita pesquisa adicional tenha sido feita desde então, este livro é o resultado direto do trabalho desses profissionais, e você pode encontrar todos os nomes na seção “Créditos”. Cada um deles tem minha gratidão eterna.

A história deste livro, e do próprio projeto, começou em 20 de maio de 2018. Em um domingo à noite, durante um evento literário no Centro do Rio de Janeiro, a grande escritora Conceição Evaristo foi entrevistada por Flávia Oliveira, uma de minhas principais referências profissionais. Próximo ao fim da conversa, Conceição disse: “Ensinam a Revolução Farroupilha nas escolas, mas não a Revolta dos Malês”. E minha cabeça explodiu.

Eu era um jovem adulto, já tinha feito alguma leitura — só um pouquinho, àquela altura — sobre negritude e a “história negra” do Brasil. Sabia alguma coisa sobre a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul — já havia visto até uma série da TV Globo a respeito, *A casa das sete mulheres* (2003) —, mas quase nada sobre a Revolta dos Malês, na Bahia.

À época, eu trabalhava como repórter da coluna de Ancelmo Gois, no jornal *O Globo*, e há algum tempo vinha pensando em fazer um podcast. Quando ouvi aquela frase de Conceição, alguma coisa estalou dentro de mim: “Que outras histórias sobre nossa herança africana também me foram negadas? Será

que há outras que nem sequer chegaram a ser contadas?”. E foi quando comecei a fazer, no meu tempo livre, o *Negra Voz*, podcast em cinco episódios sobre feitos de negras e negros brasileiros, do passado e do presente. Lançado em setembro de 2019 pelo *O Globo*, o podcast venceu o prêmio Vladimir Herzog (2020) em Áudio. Conceição foi uma das entrevistadas e conta sua história no segundo episódio.³

Ainda em 2019, em outubro e novembro, participei de um programa do International Center for Journalists, nos Estados Unidos, por seis semanas — quatro delas na capital, Washington, onde visitei o Museu Nacional de História e Cultura Afro-Americana. Foi uma experiência tão impactante que, em poucos dias, voltei ao museu outras três vezes. Eu geralmente caminhava até lá ouvindo o podcast do *1619 Project*.⁴

Voltei para o Rio de Janeiro e, em 1º de dezembro, fui a um “aquilombamento” — uma roda de conversa entre pessoas negras de diferentes profissões e regiões. Entre tanta gente incrível estava o antropólogo Thales Vieira, que já tinha ouvido o *Negra Voz* e me perguntou: “Você já ouviu falar no Instituto Ibirapitanga?”. “Não”, respondi. Thales me contou sobre o trabalho deles e o apoio a iniciativas voltadas à promoção da equidade racial.

Na semana seguinte, conheci Paula Scarpin, Flora Thomson-DeVeaux, Branca Vianna e Guilherme Alpendre, que tinham acabado de fundar uma produtora de podcasts, a Rádio Novelo. Durante a conversa, Branca disse: “Acho que deveríamos fazer um *1619 Project* brasileiro”, ideia que estava na minha mente desde a viagem para os Estados Unidos. Marcamos uma reunião com o Ibirapitanga para apresentar a ideia.

Naqueles dias, Lauren Silverman, uma produtora que conheci nos Estados Unidos, escreveu um e-mail me apresentando ao chefe do Spotify na América Latina. Foi o ponto de partida de uma longa conversa que resultou no *Vidas Negras*,

um podcast Original Spotify produzido pela Novelo e lançado em outubro de 2020. Em seus trinta episódios, a série perfila afro-brasileiros proeminentes das mais diversas áreas de conhecimento. Uma equipe majoritariamente negra e feminina me ajudou a contar as histórias de nomes do passado como Carolina Maria de Jesus, Milton Santos, Tia Ciata, Grande Otelo e outros; e do presente, como Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Lázaro Ramos e Eliana Alves Cruz.⁵

Na época, já estávamos fazendo o *projeto Querino*, cujo trabalho começou no primeiro semestre de 2020, com seis meses de planejamento e pesquisa para fortalecer o projeto e conseguir o apoio financeiro do Ibirapitanga. Andre Degenszajn, Iara Rolnik e Thales Vieira foram tão exigentes quanto ternos nesse processo. Toda a ajuda da Novelo foi determinante, assim como a de outras pessoas incríveis que doaram tempo e voluntariamente participaram de reuniões de brainstorming, como Ynaê, Flávia Oliveira, a ativista Lúcia Xavier, o ator e diretor Rodrigo França e o historiador Rafael Domingos Oliveira.

Aprovado o financiamento, o trabalho da equipe começou com dez meses de pesquisa bibliográfica e audiovisual conduzida pelos jornalistas Yasmin Santos (por um mês) e Gilberto Porcidonio (nos demais nove meses), e por Rafael Domingos Oliveira. A cada dois meses, fazíamos reuniões em que Ynaê orientava a pesquisa, com contribuições de Paula e Flora.

Paralelamente, o *Vidas Negras* era tocado por outra equipe. O lançamento do último episódio — em agosto de 2021 — coincidiu com o fim da fase de pesquisa do *Querino*, quando passei a me dedicar integralmente ao projeto. Ao longo de dois meses li os relatórios produzidos pelos pesquisadores, complementando a pesquisa e transformando os textos (que tinham, naturalmente, diferentes “vozes” e estilos de escrita) em “relatórios consolidados”, numa narrativa unificada que virou uma espé-

cie de “bíblia” — não no sentido religioso, claro, mas no que é comumente usado no audiovisual — do projeto. E começamos a próxima fase: a partir da leitura dos relatórios, fizemos reuniões semanais com a nossa consultora em roteiro, a diretora e roteirista Mariana Jaspe; a nossa produtora e pesquisadora, a jornalista Angélica Paulo; além de Paula e Flora. Nessas conversas, decidimos quem entrevistariamos para o podcast: no fim, foram mais de cinquenta entrevistas, 42 horas de gravação e 14 mil quilômetros percorridos em viagens pelo país.

A terceira e última fase antes do lançamento aconteceu no primeiro semestre de 2022: roteirização, edição, sonorização e mixagem dos episódios, e toda a estratégia de divulgação meticulosamente desenhada pela jornalista Bia Ribeiro, da Nove-
lo. Foi também nessa fase que apresentamos o projeto a André



Tiago Rogero entrevista Vânia Guerra na praia do Sino, na Ilha da Marambaia

Petry, diretor de redação da *piauí*, e compartilhamos com a revista os relatórios consolidados de pesquisa, que, por sua vez, serviram de inspiração às reportagens, ensaios fotográficos e uma história em quadrinhos publicados entre agosto e novembro de 2022.

Os oito episódios iniciais do podcast foram ao ar simultaneamente no dia do lançamento, em agosto de 2022. Um episódio extra, em que entrevisto Nikole Hannah-Jones, foi publicado em 8 de novembro. No ano seguinte, em 22 de junho de 2023, foram postados vídeos com legendas e interpretações em Língua Brasileira de Sinais (Libras) de cada episódio. Em 27 de outubro, foram disponibilizadas traduções em inglês e espanhol das transcrições de todos os episódios.⁶

Embora *Negra Voz*, *Vidas Negras* e *projeto Querino* tenham sido feitos por muitas mãos e mentes diferentes, gosto de pensar neles como uma trilogia em áudio. Essa ideia vem, acho, do meu amor pela cultura pop, especialmente as franquias de cinema. Para mim, os três podcasts se complementam.

Fora a óbvia conexão que se dá pela temática, há um outro aspecto bem importante que conecta os projetos: todos foram realizados num dos períodos mais desoladores da nossa história, os quatro anos de Jair Bolsonaro como presidente, que tiveram um impacto enorme sobre as três produções. Foi um período em que tivemos na presidência um homem conhecido por posicionamentos racistas,⁷ cujos funcionários próximos e familiares têm conexões com organizações supremacistas brancas.⁸ Outros racistas por todo o país sentiram-se empoderados a rastejar para fora do esgoto onde se escondiam.

Negra Voz, *Vidas Negras* e *projeto Querino* não são uma resposta a Bolsonaro — pensar assim seria dar importância de-

mais a ele. Acredito que os três projetos existiriam mesmo se ele não tivesse vencido a eleição de 2019. Mas a forma irresponsável, desrespeitosa e destrutiva com que o ex-presidente conduziu o mandato fez com que trabalhássemos ainda mais duro. A raiva e o desespero que sentimos durante aqueles quatro anos — especialmente depois de março de 2020, quando a pandemia de covid-19 chegou ao Brasil — nos deram ainda mais força.

E isso se refletiu também na audiência: acredito que parte do sucesso que o *Querino* alcançou tem a ver com a eleição de 2022. As pessoas estavam ávidas por ferramentas que as ajudassem a enfrentar tanto ódio, estupidez e desinformação. Por tudo isso, escolhemos manter a maioria das citações a Bolsonaro que fizemos no podcast, tanto como uma “fotografia” daquele momento quanto por uma verdade inconveniente: a extrema direita não sairá de cena tão cedo, e o risco de voltarmos àquele cenário de destruição segue iminente.

Um dos aspectos que mais nos inspirou no *1619 Project* foi a forma destemida e sem papas na língua com que Nikole Hannah-Jones e equipe disseram o que precisava ser dito, por mais duro que fosse.⁹ No *projeto Querino*, algumas frases podem soar como “frases de efeito” — “o Brasil nasceu da escravidão” ou “Na ‘empresa’ Brasil, o trabalho é negro e o lucro, branco” —, mas nunca era o caso. Tentamos sempre explicar o porquê de cada uma, e com fatos e dados.

Uma das vantagens do tempo que tivemos para trabalhar — dois anos e sete meses para executar um projeto jornalístico é um privilégio, mas também uma responsabilidade — foi a possibilidade de refletirmos com calma sobre o sentido de cada palavra. Lembrando, por exemplo, que um “traficante de escravizados” era acima de tudo um comerciante de seres humanos.

Um sujeito — geralmente branco — que enriquecia graças ao sequestro e o comércio de pessoas; de crianças, adolescentes e adultos que tinham sonhos, sentiam dor e fome; que amavam e sofreram ao serem separados dos seus. Esses ricos homens brancos não eram reles comerciantes ou empreendedores; eram traficantes de gente, e isso tem um peso que não pode ser trivializado.

Nosso foco foi sempre tentar contar o que aconteceu com a devida crueza dos fatos. E a história do Brasil é, afinal, muito dura e cruel — especialmente com indígenas, africanos e afrodescendentes. Aliás, outra ponderação é que há importantes menções aos povos originários, mas não na mesma proporção que aos afrodescendentes. A história dos povos indígenas, os primeiros a ocupar este território, merece um ou vários projetos inteiros dedicados exclusivamente a ela, e que serão muito melhor executados por equipes majoritariamente indígenas, o que não era o nosso caso. Também não usamos isso como desculpa para ignorar essa história, como você verá em alguns pontos.

Um outro comentário importante: este não é um livro sobre dor — embora saibamos que a dor faz parte da experiência de cada pessoa negra que nasceu ou vive no Brasil. Aqui não tem “pornô de violência”. Este é um livro sobre vitórias. Sobre alegrias, realizações, lutas e resistências. Sobre como o povo negro criou o que de melhor o Brasil tem a oferecer para os seus cidadãos e para o mundo. E não somente aquela visão estereotipada de “samba, futebol e feijoada”, que foi a única contada por tanto tempo. “Faltavam capítulos na história que nos foi ensinada na escola”, escreveu o historiador britânico-nigeriano David Olusoga.¹⁰

Mas agora faltam menos, graças sobretudo à revolução intelectual e cultural promovida pelas leis de cotas. O *projeto Querino* não é e não foi — nem de longe — a primeira inicia-

tiva a contar esse “outro lado”. Intelectuais negros têm feito isso há séculos — e um exemplo disso é o próprio Manuel Querino, que homenageamos com o nome do projeto. Mas, mesmo antes dele, e mesmo antes que palavras começassem a ser impressas em folhas, contar histórias já era algo intrínseco ao DNA africano.

A filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez (1935-1994) escreveu que

estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico, a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né?¹¹

O *projeto Querino* também é sobre responsabilização. Há uma passagem no livro da psicóloga e ativista Cida Bento que costumo reler. Ela conta a história do dia em que o filho Daniel, então com dez anos, chegou chateado da escola dizendo que não queria mais voltar e que não participaria de nenhuma outra aula de história sobre escravidão. Isso porque, depois da aula, um dos colegas — um menino branco — tinha apontado para garotos negros que limpavam para-brisas num semáforo e dito ao Daniel: “Aqueles meninos também são descendentes de escravos! É uma vergonha, né?”. A intelectual conta como ela lidou com a situação:

Daniel não poderia acreditar naquilo. Por isso, no dia seguinte decidimos fazer uma lista, incluindo os feitos tanto dos escravocratas quanto dos escravizados pelo nosso país. O lado dos escravocratas incluía expropriação de trabalho, violência física e psicológica, estupros, invasões, exploração de recursos naturais e tantas outras barbaridades. Já o lado dos escravizados era curto: vieram à força a um país desconhecido para trabalhar, sem remuneração, produzindo riquezas para o colonizador em troca da própria vida. Não havia por que se envergonhar por ter antepassados escravizados, ao contrário, apenas ter orgulho do que construíram, apesar das adversidades.¹²

Até hoje, descendentes de senhores e sinhás desfrutam de heranças que só foram possíveis graças a exploração, violência e sofrimento. “Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas”, escreveu Cida Bento.¹³

Por fim, quero destacar que este livro também não é somente sobre a escravidão, tanto sob um ponto de vista cronológico — a narrativa vai e volta no tempo, do continente africano ao Brasil atual — quanto “quantitativamente”, já que muitas histórias contadas aqui são de anos recentes. É inegável que a escravidão teve um impacto monstruoso e decisivo no país, que se manifesta ainda no presente. Mas queremos também pensar no futuro e esperamos que você embarque conosco nessa jornada.

No Brasil sonhado pelo povo negro, ninguém fica de fora.

Créditos

Este livro é o resultado de mais de um ano de novas pesquisas, escrita e minuciosa edição e checagem, entre 2023 e 2024. Mas só se tornou possível porque, antes disso, mais de quarenta profissionais — uma equipe majoritariamente negra e feminina — trabalharam entre 2020 e 2022 para lançar o que entendemos como a etapa inaugural do *projeto Querino*: o site, o podcast produzido pela Rádio Novelo e as reportagens e ensaios publicados na revista *piauí*. Por isso, nada mais justo do que trazer aqui — não como *agradecimentos*, mas *créditos* — o nome de todos os profissionais que trabalharam no projeto até seu lançamento, em agosto de 2022.

EQUIPE DO PODCAST PRODUZIDO PELA RÁDIO NOVELO:

Idealização, reportagem, roteiro, apresentação e coordenação:
Tiago Rogero
Apoio: Instituto Ibirapitanga
Consultoria em história: Ynaê Lopes dos Santos

Consultoria em roteiro: Mariana Jaspe, Paula Scarpin e Flora Thomson-DeVeaux
Estratégias de promoção, distribuição e conteúdo digital: Bia Ribeiro
Produção: Angélica Paulo
Produção executiva: Guilherme Alpendre
Pesquisa: Gilberto Porcidonio, Rafael Domingos Oliveira, Angélica Paulo e Yasmin Santos
Música original: Victor Rodrigues Dias
Revisão de roteiro: Natália Silva
Direção de locução: Flora Thomson-DeVeaux e Natália Silva
Checagem: Gilberto Porcidonio
Edição: Lucca Mendes
Sonorização: Júlia Matos
Finalização: Pipoca Sound
Identidade visual: Draco Imagem
Design gráfico: Mateus Coutinho
Redes sociais: Eduardo Wolff
Transcritores: Guilherme Póvoas e Rodolfo Vianna
Gravação em estúdio: Pipoca Sound, com trabalhos técnicos de João Muniz, Luís Rodrigues e João Jabace
Execução financeira: Instituto Sincronicidade para a Interação Social (ISPIS)
Site: Maria Rita Casagrande
Tradução dos roteiros para inglês: Flora Thomson-DeVeaux
Tradução dos roteiros para espanhol: Rolando Barreto Fortón
Tradução em Libras: Visual Libras
Intérprete em Libras: Gabriela Alves Inácio
Edição do vídeo em Libras: Lucas Grigio da Silva
Consultor surdo: Carlos Eduardo Franzini da Silva

**EQUIPE DA REVISTA PIAUÍ ENVOLVIDA
NO PROJETO QUERINO:**

Diretor de redação: André Petry
Edição: Armando Antenore e Alcino Leite Neto
Diretora de arte: Maria Cecília Marra
Editora de arte: Paula Cardoso
Editor de redes sociais: Fabio Brisolla
Subeditora de redes sociais: Emily Almeida
Coordenadora de estratégias: Mari Faria
Produtora executiva: Raquel Freire Zangrandi
Reportagens: Tiago Coelho, Emily Almeida e Felipe Botelho
Corrêa
Ensaaios fotográficos: Taba Benedicto, Tércio Teixeira, Rodrigo
Zaim, Walter Firmo e Janaina Damaceno Gomes
História em quadrinhos: Bennê Oliveira e Jeferson de Sousa

A grande aposta

Parte 1

Não é de hoje que chefes de Estado trocam mimos entre si. Em 1811, já morando no Rio de Janeiro, o então príncipe regente, d. João (1767-1826), recebeu uma leva de presentes de um rei, parceiro de negócios de Portugal: anéis, chapéus, sandálias, um trono esculpido em madeira e uma bandeira com as representações de 73 cabeças decapitadas e quinze corpos ainda inteiros, mas com as mãos acorrentadas. Todos na cor preta, bordados sobre um tecido branco de algodão. Também compunham a lista de agrados seis seres humanos: quatro “moleconas” e dois “moleções”, nas palavras do rei parceiro. “As fêmeas, para espanarem o seu quarto; os machos, para limparem os seus sapatos”, escreveu. “Mando pequenos para se criarem.” Ou seja, eram crianças.¹

O remetente da carta e dos *presentes* era o rei Adandozan, que governou o Daomé (onde hoje fica o Benim) entre 1797 e 1818. Um rei africano. Adandozan queria receber de d. João o monopólio da operação de fornecimento de pessoas escravizadas na região da Costa da Mina, onde hoje estão Gana, Togo, Benim e Nigéria.²

O rei do Daomé estava preocupado. Um ano antes, em 1810, d. João tinha assinado um tratado com o Reino Unido em que

dizia estar “plenamente convencido da injustiça e má política do comércio de escravos” e, por isso, iria “cooperar com Sua Majestade Britânica na causa da humanidade e justiça, adotando os mais eficazes meios para conseguir em toda a extensão dos seus domínios uma gradual abolição do comércio de escravos”.³

Pelo acordo, d. João e companhia só teriam de interromper o tráfico nos portos que não pertencessem a Portugal, o que não era o caso do Daomé, embora houvesse lá uma ocupação portuguesa desde 1720, no porto de Ajudá (ou Uidá ou Ouidah).

Ainda que não estivesse sendo prejudicado pelo tratado, o rei Adandozan já devia estar percebendo os ares de mudança. Afinal, o Reino Unido — depois de tanto já ter lucrado com a escravidão — tinha abolido o tráfico para os seus territórios em 1807. E, desde então, fazia pressão para que outros países fizessem o mesmo.

O cerco se fechava, mas o tráfico continuava, e Adandozan ganhou concorrência vizinha. Na mesma época, d. João foi procurado por um outro líder da Costa da Mina: Ajohan, o rei de Ardra, uma outra parte do atual Benim.

O reino de Ardra contava com um novo porto — chamado pelos portugueses de Porto Novo, que até hoje dá nome à capital do Benim — para o embarque de africanos trazidos do interior. Também numa carta a d. João,⁴ Ajohan escreveu que sua “oferta” de escravizados era a maior da região e a de “melhor qualidade”. E mais: diferentemente do vizinho do Daomé, que queria o monopólio, o rei de Ardra propunha livre-comércio, uma vez que Portugal poderia continuar a fazer negócios com outros portos da região. Ajohan só queria uma parte para chamar de sua no lucrativo negócio do comércio de seres humanos pelo mar.

E talvez neste ponto você esteja pensando: *Então é verdade que “português nem pisava na África, que eram os próprios negros que entregavam os escravos”?* Afinal, você acabou de ler sobre

dois reis africanos disputando para ver quem conseguiria vender mais escravizados para Portugal.

Calma. Respira.

Até onde se sabe, a primeira viagem de tráfico de escravizados foi em 1441, quando um português, a mando da Coroa, foi até a região do Rio do Ouro, no continente africano, para comprar azeite e pele de leão-marinho. Ele achou o.k. sequestrar seres humanos e levou doze africanos aprisionados para Portugal. Três anos depois, já houve o primeiro leilão de escravizados na Terrinha, fruto de uma outra viagem que sequestrou mais de duzentas pessoas; entre elas, crianças.⁵

Mas não foi nesse momento que a escravidão começou. Ela já existia, e há muito tempo. Tinha escravizado na Grécia Antiga, por exemplo. A própria palavra “escravo” — e fica mais fácil quando pensamos nela em inglês, *slave* — vem do latim *slavus*, que é uma referência aos eslavos que, por muito tempo, foram escravizados. E o povo eslavo é branco.

Havia muitos motivos para se escravizar uma pessoa: entre eles, o resultado de uma guerra ou o não pagamento de uma dívida — mas, ao fim do pagamento da obrigação, a pessoa era libertada. Ela não era vendida ou herdada, como se fosse um imóvel ou um objeto. E não se escravizava alguém só por ser de determinada raça ou pela cor da pele — e muito menos só por ser negro. A ideia de quem é “negro” ou não foi criada a partir dos séculos 15 e 16, justamente para justificar essa nova forma de escravidão que surge a partir do momento em que Portugal começa a expandir o seu império. Uma forma mercantil, em que a pessoa deixa de ser entendida como um ser humano temporariamente escravizado para ser lida como mercadoria — a mais valiosa e lucrativa mercadoria daquele tempo.

Percebendo a oportunidade, os portugueses tentaram dominar as sociedades africanas. Tentaram invadir e guerrear para ter acesso em primeira mão à “mercadoria”. Mas não conseguiram. Então, partiram para o plano B: negociar com algumas dessas sociedades. Oferecer algo em troca. Comprar em vez de capturar — embora a captura tenha continuado clandestinamente em outros pontos do continente.

Mas por que um africano venderia outro africano?

Primeiro, é importante desconstruir a ideia de “africano”. A África não é um país, mas um continente com 30 milhões de quilômetros quadrados, praticamente o triplo da Europa. Um território imenso ocupado por diferentes povos, com culturas, línguas e formas de organização diferentes, como lembra Ynaê Lopes dos Santos.⁶ E, assim como aconteceu e ainda acontece em outros continentes, nações vizinhas entravam em conflito. Como resultado, o vencedor tinha o direito de escravizar os derrotados.

O que mudou o jogo foi a oferta feita pelos portugueses aos “vencedores”: a possibilidade de vender seus prisioneiros de guerra e lucrar com isso. Livravam-se dos inimigos e, em troca, recebiam produtos como tecidos, tabaco e armas — ganhando assim mais poderio bélico para subjugar outros adversários e, em contrapartida, obter mais “matéria-prima” para Portugal. Um ciclo.

Os próprios reis do Daomé e de Ardra tinham acabado de travar uma batalha vencida pelo daomeano. A bandeira enviada por Adandozan a d. João, com as 73 cabeças decapitadas e os quinze corpos com as mãos acorrentadas, era uma representação do resultado do conflito, assim como as seis crianças: prisioneiras de guerra incumbidas de dar notícia de viva-voz ao príncipe português sobre as vitórias do rei africano.

No fim, Adandozan não conseguiu o monopólio que queria, mas continuou a fazer negócios com Portugal, assim como o rei de Ardra — onde, pelo tratado com os britânicos, os portugue-

ses já não estavam mais autorizados a comprar escravizados. Mas esse seria só mais um caso em que d. João ignorou compromissos firmados com o Reino Unido pelo fim do tráfico.⁷

E o príncipe gostou tanto dos presentes que as peças integraram — apenas os objetos; não as seis crianças, de quem não se teve mais notícias — a coleção inaugural do Museu Real, fundado por d. João em 1818 com o objetivo de “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil”.⁸ Primeiro instalado numa enorme residência no Campo de Sant’Anna, no Centro do Rio de Janeiro, o museu foi transferido em 1892 para um palácio ainda maior, na Quinta da Boa Vista. O trono e a bandeira doados pelo rei do Daomé eram algumas das peças mais antigas do museu.

E foram destruídas.

O incêndio no Museu Nacional aconteceu numa madrugada de domingo para segunda-feira, em 2 de setembro de 2018. As mais de seis horas de fogo destruíram entre 80% e 85% do acervo com cerca de 20 milhões de itens — entre eles, o trono e a bandeira enviados pelo rei do Daomé. Do prédio, restou a estrutura externa (as paredes e a fachada), mas o teto caiu.

A história do prédio tem alguns esqueletos no armário.

Antes de virar museu, o palácio enorme em São Cristóvão, na Zona Norte da cidade, já foi residência oficial da família real portuguesa — depois, família imperial do Brasil. Mas o prédio não foi construído para ser uma residência oficial, e sim a casa de um comerciante bem rico: Elias Antônio Lopes (1756-1815). Quando a família real portuguesa veio para o Brasil, em 1808, Lopes doou a mansão — disparada a melhor da cidade —, e toda a Quinta da Boa Vista, para d. João morar com os parentes.

Bonzinho ele, né? Mas como é que Lopes, um comerciante, juntou tanto dinheiro assim para não só construir um palácio tão suntuoso, mas também para se dar ao luxo de poder doá-lo? É que ele não era qualquer comerciante. Ele trabalhava com o bem mais valioso daquela época. Não era café, nem ouro; não era açúcar, tampouco diamante: ele era traficante de gente.

Mandava um navio para a costa do continente africano, embarcava dezenas de pessoas acorrentadas — homens, mulheres, crianças —, colocava todo mundo no porão da embarcação por semanas, até meses, de viagem, e vendia as que sobreviviam. Em 1811, em Moçambique, 469 seres humanos foram embarcados em um navio que pertencia a Lopes. Três meses depois, a embarcação chegou ao Rio de Janeiro, mas só com 350 escravizados — 119 não resistiram às péssimas condições da viagem e morreram no caminho.⁹

Foi pouco antes disso, em 1803, que Lopes começou a construir uma “vivenda campestre, vasta e ostentosa”¹⁰ em um dos lotes de uma antiga fazenda dos jesuítas. A obra foi toda feita por escravizados.¹¹ Quando a família real chegou ao Brasil — primeiro por Salvador —, Lopes decidiu deixar a casa ainda maior e mais suntuosa, para oferecer aos monarcas. Já no Rio, d. João recebeu o mimo de bom grado e sem constrangimento algum. Em 24 de março de 1808, a família real tomou posse da chácara.

E, como não existe almoço grátis, Lopes foi ressarcido pelos “custos da obra” e, menos de dois meses depois, recebeu de d. João a comenda da Ordem de Cristo, tornando-se “comendador”. As honrarias continuariam nos anos seguintes: fidalgo da Casa Real, em 1810, e conselheiro de Sua Alteza Real, em 1811. Um traficante que era conselheiro do rei.

E o simbolismo desse gesto — de transformar em residência oficial uma casa construída por escravizados e com o dinhei-

ro do tráfico; dessa relação extremamente próxima entre um traficante e a família real — ajuda a explicar não só por que a escravidão durou tanto tempo por aqui, mas a própria Independência do Brasil.

Ajuda a explicar por que o Brasil é o Brasil.

Um país que nasceu da escravidão.

Foi a exploração do conhecimento e do trabalho, primeiro dos indígenas e depois dos africanos e dos seus descendentes, que gerou toda a riqueza da colônia e, depois, do país.

Quando o Brasil se tornou independente de Portugal, em 1822, já havia muitos países — nações europeias, por exemplo, que tinham lucrado bastante tanto com a escravidão quanto com o tráfico — discutindo e até aplicando o fim do tráfico de escravizados ou a abolição. Mas o Brasil foi na direção contrária: as elites brasileiras não só reafirmaram o pacto com a exploração da mão de obra escrava, mas dobraram a aposta. A escravidão não só continuou, mas aumentou. E não é que não havia uma escolha, uma outra possibilidade de Brasil. Havia várias, como você verá.

Foi por causa da escravidão, e graças a ela, que províncias tão diferentes umas das outras se uniram na tentativa de formar uma unidade. Graças à escravidão e ao medo das elites, o Brasil se tornou independente.

Parte 2

Já no fim do século 17 a capitania do Rio de Janeiro era a mais rica da colônia. Sua riqueza era facilitada pela localização geográfica — próxima da exploração do ouro em Minas Gerais e um importante ponto de defesa de Portugal nas constantes disputas com a Espanha por territórios mais “ao Sul” —, mas, sobretudo, gerada pelo tráfico de africanos escravizados.¹

THIAGO CAMPOS PESSOA: O Brasil nasce como um país de fato, como um Estado-nação, atrelado ao tráfico de africanos. Porque esses agentes do tráfico estão diretamente envolvidos, e de maneira até bastante contundente, na própria construção do país. De modo que a moradia do imperador tinha uma relação direta com o tráfico; o que, por si só, é bastante emblemático.*

* Thiago Campos Pessoa é historiador, escritor e professor. A partir daqui, todas as citações que estiverem com este tipo de destaque foram retiradas de entrevistas ao podcast do projeto *Querino*.

É importante ter em mente que o tráfico não era um negócio de uma pessoa só, uma história de um vilão único. Era uma cadeia produtiva. Para equipar um navio com escravizados, precisava-se não só da tripulação, mas também de mercadorias que seriam trocadas por seres humanos no continente africano, como tabaco, pólvora ou cachaça. Precisava-se também de suprimentos para os tripulantes do navio: carne-seca, farinha, água — afinal, embora as condições de transporte fossem desumanas e provocassem muitas mortes, os escravizados tinham que ser minimamente alimentados para garantir o sucesso financeiro da expedição.

TCP: Então, quando pensamos no traficante de escravizados, temos de pensar numa cadeia de atores, de mercadorias e de agências que vão para muito além do próprio controle. Dificilmente o tráfico era feito por uma pessoa só. Embora existisse o traficante — o sujeito simbólico que organizava cada expedição —, havia uma série de indivíduos por trás que estavam efetivamente financiando cada viagem.

Por isso, muita gente rica participava do tráfico mesmo sem ser propriamente o organizador da viagem. É aquela ideia de diversificar os investimentos, sabe? O sujeito entrava com uma parte e depois colhia o seu, e não ficava com a pecha de traficante.

Aliás, “tráfico” é uma palavra que hoje carrega uma conotação negativa: tráfico de drogas, de armas, de influência, de animais, de órgãos... Mas, naquele tempo, tinha mais um sentido de “comércio e movimento”, disse Pessoa.

TCP: Acontece que, na virada do século 18 para o século 19, à medida que o abolicionismo se inicia na Inglaterra, a

ideia de ser um traficante de escravizados começa a mudar um pouco, sobretudo por causa da condenação moral e política advinda desse amplo movimento que se espalha pelo Ocidente.

Antes disso, o Reino Unido já havia lucrado muito com o tráfico de pessoas escravizadas e com a escravidão. Mas a Revolução Industrial estava em curso e, em 1807, o Parlamento britânico decidiu pelo fim do tráfico de escravizados para o reino e suas colônias. Daí, o que era produzido nos territórios britânicos ficou mais caro do que os produtos de quem ainda escravizava — como as colônias portuguesas, por exemplo.

Também em 1807, a Marinha Real Britânica foi mobilizada para escoltar a família real portuguesa, que precisou apressadamente transferir sua Corte para uma de suas possessões, do outro lado do Atlântico. E tudo por causa da França.

Depois da Revolução Francesa, um militar tinha dado um golpe de Estado e assumido o poder: Napoleão Bonaparte (1769-1821). Ele se proclamou imperador e iniciou um processo de expansão do Império Francês. Depois de já terem tomado a Espanha, as tropas invadiram Portugal.

A família real portuguesa fugiu levando 15 mil *parças*, ou melhor: cortesãos. Escoltados pelos ingleses, d. João e companhia chegaram a Salvador em janeiro de 1808 e, em março, ao Rio de Janeiro, onde fixaram residência. “Nunca na história um monarca europeu havia colocado os pés em solo americano”, escreveu Ynaê Lopes dos Santos.² D. João era regente desde 1792, quando a mãe dele, a rainha d. Maria I (1734-1816), foi declarada mentalmente incapaz.

Em contrapartida à ajuda britânica, o príncipe regente decretou a abertura dos portos: os comerciantes brasileiros poderiam fazer negócios com outros países, e não apenas com

Portugal. Mas o Reino Unido não se contentou e passou a pressionar d. João para que também acabasse com o tráfico.

E por aqui já havia quem pensasse assim: em 1810, um amigo de d. João, o advogado brasileiro Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira (1750-1824), disse ao monarca que o Brasil deveria aproveitar o momento para importar mão de obra livre europeia de países empobrecidos pelas guerras napoleônicas. E que, se isso não fosse possível, que se mantivesse o tráfico por mais um tempo, mas com duas novas medidas: que nascessem livres os filhos de escravizados e, em dez anos, tivesse fim a escravidão.³ Ou seja: ventre livre e abolição.

D. João simplesmente ignorou o conselho do amigo.

Mas foi pressionado pelos britânicos a assinar um tratado em que se comprometeu a acabar com o tráfico de forma gradual. Não dava prazo nenhum, só dizia “gradual”. Foi nesse Tratado de Aliança e Amizade que Portugal assumiu o compromisso de somente fazer negócios de tráfico com as próprias possessões no continente africano⁴ — o que, como vimos, d. João não se esforçou em cumprir.

YNAÊ LOPES DOS SANTOS: O Brasil vira um país independente num contexto em que a sua maior parceira política é contrária ao tráfico. Aliás, [a Grã-Bretanha era] não só contrária, como organizou uma campanha para que esse tráfico de fato não se viabilizasse.*

Antes da chegada da família real, o Brasil ainda era uma colônia, mas já ocupava um lugar de “Estado” dentro do Império Português. Com a chegada de d. João e companhia, houve uma

* A historiadora, professora e escritora Ynaê Lopes dos Santos foi a consultora em história da pesquisa, e do podcast do projeto *Querino*.

nova mudança de patamar e o país foi “promovido”: em 1815, virou um Reino Unido a Portugal.

YLS: Isso era algo intermediário entre uma colônia e um Estado soberano, então era um lugar politicamente um tanto quanto dúbio.

Em 1815, ainda pressionado, d. João tentou costurar um novo acordo com o Reino Unido. O tratado acabou sendo assinado só em 1817 e estabeleceu que, a partir daquele momento, Portugal e Brasil estavam proibidos de traficar pessoas embarcadas em portos acima da linha do equador. Em termos de área, a maior parte do continente africano fica acima do equador. Mas você acha que o acordo foi cumprido?

Na prática, o tráfico não só continuou, como aumentou. Nos dez anos antes da chegada da família real, 30 mil escravizados foram desembarcados por ano no Brasil. Nos dez anos depois, a média subiu para 42 mil por ano.⁵ Tinha mais gente sendo escravizada por aqui — pouco mais de 1 milhão de pessoas — do que a população inteira de Portugal na época, com 750 mil habitantes.⁶

YLS: A chegada da família real é também o momento em que se sublinha essa característica escravocrata do Brasil, que tem como particularidade uma forte relação com o tráfico transatlântico que era operado, em grande medida, por um número significativo de famílias oligarcas de diferentes partes do país que tinham suas riquezas vinculadas ao tráfico.

Não saía barato sustentar d. João e companhia e, ao mesmo tempo, custear todas as reformas que tentavam deixar a Corte “à altura” da família real. Por mais dinheiro que o Rio de

Janeiro gerasse, não era suficiente. O jeito, então, foi recorrer às demais províncias, especialmente às poucas que davam lucro, como Pernambuco. Os pernambucanos passaram a pagar uma lista interminável de impostos: um para custear a reconstrução de Portugal depois da ocupação napoleônica, outro sobre a produção do algodão e outro que, pasme, era destinado à iluminação pública da capital do reino, a 2300 quilômetros de distância.⁷

Em 1817, no Recife, numa festa que celebrava a vitória contra a Holanda — quase duzentos anos antes, holandeses ocuparam Pernambuco por mais de duas décadas até serem derrotados e expulsos —, um “preto oficial do regimento dos Henriques⁸ bateu em um português que ousava soltar palavras injuriosas contra os brasileiros”.⁹ Foi o estopim para o início da Revolução Pernambucana, a “mais importante contestação à ordem colonial em toda a história da monarquia portuguesa”.¹⁰

Revoltosos tomaram o controle e proclamaram uma República pela primeira vez em território brasileiro. D. João enviou tropas que desembarcaram em Alagoas e seguiram até o Recife. Em 19 de maio de 1817, após 74 dias de governo republicano, a revolução acabou e a punição foi extremamente violenta: os líderes foram mortos por fuzilamento ou enforcamento; seus corpos, desmembrados e arrastados pela cidade por cavalos. Outros tantos foram presos.¹¹

No ano seguinte, d. João deixou de ser príncipe e se tornou rei. Embora a rainha d. Maria I tivesse morrido em 1816, a aclamação do filho só foi realizada em 1818, quando ele foi coroado d. João VI, líder do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A decisão de fazer a solenidade no Brasil, e não na Terrinha, desagradou profundamente os súditos que continuavam por lá.¹² As tropas francesas já não ocupavam mais o território português desde 1811, mas, ainda assim, a família

real continuava na colônia. Enquanto isso, a pátria-mãe estava sob a administração de um militar britânico, William Carr Beresford (1768-1854), que tinha liderado a resistência portuguesa contra Napoleão.

E tudo isso fez aumentar a insatisfação entre os súditos lusitanos. A economia por lá estava em frangalhos e os portugueses reclamavam que Portugal tinha virado “colônia” do Brasil,¹⁵ que, por sua vez, não parava de crescer.

Todo esse descontentamento resultou na eclosão da Revolução Liberal do Porto, em agosto de 1820. Envolvendo representantes da sociedade civil e com o apoio do Exército, um golpe foi dado; Beresford foi demovido do cargo, e o reino, transformado numa monarquia constitucional. Foram convocadas Cortes Gerais para criar uma Constituição redigida por representantes da população. Numa das primeiras medidas depois de tomarem o poder, exigiram o retorno da Corte e do rei para Portugal. Foi decretada a liberdade de imprensa e os rebeldes que tinham sido presos em revoltas contra a Coroa foram libertados, como alguns sobreviventes da Revolução de 1817, em Pernambuco.

Em fevereiro de 1821, d. João VI precisou jurar lealdade à futura Constituição. Para comandar as coisas por aqui, nomeou o quarto filho — o segundo mais velho ainda vivo àquele momento, atrás somente da primogênita, d. Maria Teresa —, d. Pedro, de 22 anos, como príncipe regente. Em abril, d. João VI deixou o Rio de Janeiro com destino a Lisboa, levando um séquito de 4 mil *parças* e esvaziando os cofres do Banco do Brasil,¹⁴ fundado na chegada da família real por aqui.

E, em Portugal, começaram a discutir a nova Constituição, com a participação de deputados brasileiros. A bancada enviada por São Paulo tinha um mentor: José Bonifácio (1763-1838), que chegou a preparar uma proposta para o fim da escravidão. Não uma abolição imediata — o que, segundo ele, arruinaria o

comércio e os agricultores —, mas gradativa, com “total circunspeção” para evitar que os “miseráveis escravos” reclamassem seus direitos com “tumultos e insurreições que podem trazer cenas de sangue e horrores”.¹⁵

MARY DEL PRIORE: A proposta de José Bonifácio sobre a abolição é feita antes da Constituinte. Representando a junta governativa de São Paulo, ele vem com um projeto de abolição em quatro anos que sequer é ouvido. A coisa não vai para a frente. Nas Cortes Gerais, quem é muito atuante é o irmão de Bonifácio, o Antônio Carlos. E ele está naquele momento lá em Portugal falando não de uma independência do Brasil, porque isso não estava claro. Mas, sim, da autonomia das províncias brasileiras. É o que se quer, é o que a elite deseja: as elites locais queriam ocupar-se dos seus negócios sem a interferência de Portugal.*

As elites tinham pavor de perder tudo o que haviam conquistado nos anos anteriores. Todo o dinheiro, todos os cargos, todas as benesses.

Mas não era só disso que elas tinham medo.

* Mary Del Priore é historiadora. Escreveu uma biografia de José Bonifácio.

Parte 3

As elites morriam de medo de que houvesse aqui uma revolução como a do Haiti, que irrompeu em 1791, tão pertinho do Brasil.

MARCO MOREL: A Revolução do Haiti foi um acontecimento maior na história da humanidade. Foi a primeira insurreição — uma rebelião que se transformou em insurreição e se transformou em revolução — de trabalhadores escravizados que conseguiu destruir a sociedade escravista colonial e chegar ao poder. Isso é um fato único.*

Antes da revolução, o Haiti — à época, ilha de São Domingos — era chamado de “a pérola das Antilhas”.¹ Colônia francesa desde 1665, a ilha concentrava metade da produção mundial de café e um terço da produção de açúcar no fim do século 18.² Mesmo com o tamanho do atual estado do Alagoas, o Haiti chegou a receber um terço de todo o tráfico mundial de africanos escravizados: na década de 1780, eram 40 mil cativos por ano, em média. Mas, diferentemente do Brasil, onde, vez ou outra, um africano

* Marco Morel é historiador e escritor.

ou afrodescendente livre poderia ocasionalmente conseguir alguma ascensão social, a ilha tinha uma alta sociedade “fechada”.

Com a Revolução Francesa, os escravizados viram uma oportunidade: em janeiro de 1791, cativos da região de Platon fizeram uma rebelião, que acabou debelada. Em represália, os senhores degolaram até trabalhadores que não tinham participado do movimento. Em agosto, um grupo ainda maior de escravizados se reuniu no bosque Caïman e um deles, o sacerdote vodu Bouckman, fez uma prece:

O Bom Deus escondido numa nuvem nos olha.

Ele vê o que fazem os brancos.

O Deus dos brancos pede o crime.

O vosso quer o bem.

Mas se o Deus que está tão longe

lhes ordena a vingança

ele dirigirá nossos passos.

Ele nos assistirá.

Desprezem a imagem do Deus dos brancos

que tem sede de nossas lágrimas.

Escutem a liberdade que fala a nosso coração.³

E teve início a revolução. Só nos três primeiros meses, duzentos engenhos de açúcar e 1200 plantações de café foram incendiadas e saqueadas.⁴ E os oprimidos começaram a devolver parte da violência aos opressores: no fim de 1791, já eram cerca de mil brancos assassinados. Em Paris, Luís XVI, o rei deposto pela Revolução Francesa, foi levado à guilhotina e decapitado em 1793. Com a execução, Inglaterra e Espanha declararam guerra à França e enviaram suas tropas para a colônia de São Domingos. Temendo perder o controle da ilha, a França decretou a abolição da escravidão em suas possessões em 1794.

MM: É muito comum se escutar que foi a influência das ideias da Revolução Francesa que gerou a Revolução do Haiti. Isso é um equívoco com fundo preconceituoso. Na verdade, foi a Revolução do Haiti que levou a Revolução Francesa a abolir a escravidão e, portanto, a efetivar ou ampliar a noção de direitos humanos, porque as primeiras declarações de direitos humanos da Revolução Francesa não contemplavam os negros e os "mulatos". A abolição da escravidão nas colônias francesas em 1794 foi uma conquista dos trabalhadores escravizados em rebelião.

Por anos, os haitianos resistiram aos ataques das tropas europeias. Em 1804, o então líder haitiano, Jean-Jacques Dessalines (1758-1806), um ex-escravizado, proclamou a independência da ilha. "Uma das primeiras medidas do novo governante, para prevenir as tentativas de recolonização e escravização, foi exterminar os cerca de 3 mil franceses que ainda restavam no Haiti."⁵

Com o movimento, o Haiti se tornou o primeiro país das Américas a abolir a escravidão; o segundo a proclamar sua independência — o primeiro tinha sido os Estados Unidos, em 1776 — e um caso único de primeira e única revolução de trabalhadores escravizados que conseguiram destruir a sociedade colonial escravista e efetivamente chegar ao poder.

A França, por sua vez, não deixou barato: recusou-se a reconhecer a independência do Haiti e exigiu que os demais países (parceiros comerciais dos franceses) fizessem o mesmo. A ilha ficou economicamente isolada por duas décadas. Só em 1825 a independência foi reconhecida, mas sob condições abusivas: a França enviou uma frota de catorze navios de guerra com ordem de atacar caso o governo haitiano não aceitasse pagar uma indenização de 150 milhões de francos, dez vezes o que o novo país arrecadava por ano com impostos. Sem dinheiro em caixa, o

Haiti precisou pegar um empréstimo, a juros, com os franceses. E, pelas décadas seguintes, foi obrigado a pagar a dívida.

No Brasil, a revolução haitiana também teve impactos. Por um lado, produtores portugueses e brasileiros de açúcar e café passaram a ganhar ainda mais porque um concorrente de peso tinha saído de campo. Por outro, "o exemplo haitiano atemorizou os brancos e inspirou os escravos e os libertos negros e 'mulatos'".⁶

Em Portugal, havia nas Cortes Gerais o medo de que, uma vez independente, o Brasil "enfrentaria um levante — se não uma revolução — negro e escravo".⁷ Esse era um ponto de concordância entre deputados portugueses e brasileiros.

Mas, em outros assuntos, o clima só esquentava. Os gajos queriam que o aparelho de Estado — ou, falando em português muito claro: que o dinheiro — voltasse para Lisboa. E queriam também o retorno do príncipe regente, d. Pedro. Já os brasileiros não aceitavam nada disso: exigiam um sistema de leis próprio, uma divisão mais justa dos impostos e a permanência do príncipe. E começou a circular por aqui um burburinho de que Portugal queria recolonizar o Brasil.

MARY DEL PRIORE: Temos aí um inimigo em comum: o perigo da recolonização, que não interessa aos ingleses, que estão nadando de braçada nos contratos da abertura dos portos, e nem aos brasileiros, que não querem ser reduzidos a cidadãos de segunda categoria.

Cidadãos de "segunda categoria".

MDP: Com isso, todos vão se unir em torno da ideia do Império, do poderoso Império, do medo da recolonização, e isso certamente vai projetar Bonifácio como conselheiro de d. Pedro.

José Bonifácio, aquele que queria levar para as Cortes Gerais uma proposta para o fim da escravidão.

MDP: Ele é o grande conselheiro [de d. Pedro], mas enfrenta muita rejeição dos senhores de escravizados, dos comerciantes e dos fidalgos portugueses.

Bonifácio era um político branco que tinha acabado de voltar de um período de quase quarenta anos na Europa, estudando e trabalhando um pouquinho. E lá acabou tendo contato com o abolicionismo inglês. Mas, no geral, era um sujeito que, até então, nunca tinha tido muito destaque.

MDP: Ele, ao contrário do que se diz, não estudou com nenhum dos grandes professores na França. Limitava-se a ser um técnico de mineração. Ele foi professor numa universidade que o detestava. Era brasileiro, não tinha dinheiro, não tinha prestígio, ganhava um salário que era uma porcaria.

Só que, quando voltou ao Brasil, Bonifácio acabou caindo nas graças do príncipe regente.

MDP: Ele cultivou em d. Pedro a ideia de que era possível um poderoso Império.

No fim de 1821, chegaram ao Brasil algumas decisões das Cortes Gerais, como a transformação das capitanias em províncias e a criação de juntas governativas para cada uma delas, com autoridade econômica e até de polícia, que passariam a responder diretamente a Lisboa. Na prática, isso tirava poder do príncipe-regente. Em outro decreto, as Cortes Gerais exigiram o retorno imediato de d. Pedro.

Mas o príncipe sabia que o pai, d. João VI, tinha virado “um rei sem poder, decorativo e prisioneiro das Cortes”.⁸ Como não era só o príncipe quem tinha algo a perder, instalou-se o pânico por aqui. Segundo Mary Del Priore:

pânico não só entre os partidários de todas as tendências, mas também dos funcionários com cargos nas repartições e tribunais, que já viam desaparecer seus empregos. Pânico entre os comerciantes, temerosos do impacto nos negócios. Pânico entre os abastados, temerosos das soluções revolucionárias e seu impacto na vida cotidiana. Empurrada pelo pânico generalizado, teve então início uma campanha para que o regente continuasse no Brasil.⁹

Numa ação coordenada pelas lojas maçônicas — muito influentes na política brasileira do século 19 —, foram enviados pedidos a d. Pedro para que descumprisse a ordem das Cortes Gerais e continuasse no Brasil. E o príncipe decidiu ficar. Foi após uma reunião com vereadores no Paço Real que, segundo o termo de vereação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro (a Câmara Municipal, à época), ele teria dito: “Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico”.¹⁰

D. Pedro I demitiu todo o ministério deixado pelo pai e nomeou um novo. Para ser seu braço direito, escolheu Bonifácio: ministro dos Negócios do Reino e Estrangeiros, o principal ministério, pela primeira vez chefiado por um brasileiro.

E teve início uma campanha interna para garantir a independência — especialmente de forma *ordeira*, para não dar chance a qualquer tipo de revolta de escravizados. O governo e as elites queriam evitar que o Brasil se dividisse, como foi o caso dos nossos vizinhos da América do Sul. E, se já é difícil pensar em “unidade” no Brasil atual, imagine naquela época:

cada província tinha “um tipo específico de escravidão, de mestiçagem, de costumes, de vida social”.¹¹

MDP: Os ingleses só se referiam ao Brasil como “Brazils”, com “s”. “Brazils” porque o Brasil era uma colcha de retalhos, e me pergunto se não o é até hoje: o Nordeste com um projeto, o Grande Norte com outro projeto, o Sul com outro projeto, o Sudeste... Minas sempre em cima do muro.

Apesar de todas as diferenças regionais, algo em comum entre as elites era a educação dos filhos, enviados para estudar em Portugal, principalmente na Universidade de Coimbra. Havia um compadrio entre eles.

Mas o que acabou de fato unindo as províncias foi a escravidão. Ou melhor: o medo de perder a escravidão. Por mais que os interesses fossem tão diferentes, as elites das províncias julgavam mais prudente continuar sob um mesmo governo central do que correr o risco de, com a separação, perder sua principal fonte de renda: o trabalho escravo. Porque era isso o que estava acontecendo em parte dos países vizinhos como a Argentina, com uma abolição gradual desde 1813.

O príncipe, então, começou a fazer viagens para garantir aos grandes proprietários e traficantes que a *boa gente* brasileira podia ficar tranquila: independência, sim; fim da escravidão, não.

THIAGO CAMPOS PESSOA: O Estado brasileiro surgiu a partir do compromisso com a continuidade do tráfico de escravizados. Esses traficantes eram parte do compromisso, estruturaram e avalizaram a própria construção do Estado imperial. Mas, de certa forma, essa é a parte não contada da história. D. Pedro, quando estava construindo

a base social de apoio à ruptura com Portugal, buscou essa base social de apoio justamente no Vale do Paraíba e em Minas Gerais, aprofundando a continuidade da escravidão e a segurança da propriedade escrava.

E foi durante uma dessas viagens que chegou mais uma “notícia bomba” de Portugal: planejando enviar tropas ao Brasil, as Cortes Gerais derrubaram todas as nomeações feitas pelo príncipe — inclusive a de Bonifácio, acusado de atos “subversivos”. O braço direito escreveu uma carta a d. Pedro dizendo que ele deveria agir rápido: a única opção era romper definitivamente com Portugal.

Parte 4

A Independência é um desses eventos que, só de fechar os olhos, dá para imaginar a cena. Tem um tanto de homem branco a cavalo, às margens do rio Ipiranga. Em destaque, está d. Pedro com aquele arremedo de barba, montado em um cavalo, erguendo a espada e gritando: "Independência ou morte!". Um cenário super-heroico.

A questão é que não foi bem assim.

YNAÊ LOPES DOS SANTOS: Foi um processo conturbado e muito pouco suntuoso. De certa forma, d. Pedro foi um pouco pego de surpresa. Tem também o simbolismo da precariedade das mulas — não tinha aquela cavalaria, aquelas roupas pomposas.

Em 2 de setembro, o Conselho de Estado se reuniu no Rio de Janeiro. Como d. Pedro estava em viagem fazendo campanha, a esposa dele, d. Maria Leopoldina (1797-1826), presidiu a sessão como regente interina. Segundo Virginia Siqueira Starling:

As deliberações dos ministros presentes apontavam em uma única direção — a separação do Brasil. [...] Era hora de escrever a d. Pedro e defender a independência. Leopoldina concordava. Ela havia feito os cálculos necessários e antecipava a ratificação do príncipe, a última etapa necessária para concretizar a autonomia do Brasil.¹

Na carta, d. Leopoldina apelou à vaidade do marido: "O Brasil será em vossas mãos um grande país. [...] o Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece". Bonifácio foi na mesma direção: "Eu, como ministro, aconselho a Vossa Alteza que fique e faça do Brasil um reino feliz, separado de Portugal".² D. Pedro acatou os conselhos e proclamou a independência.³

Não foi com toda a pompa mostrada em *Independência ou morte*, o famoso quadro de Pedro Américo (1843-1905) pintado em 1888 — 76 anos depois do "grito do Ipiranga". Mas, ainda que não tenha sido épico e heroico como na tela, aquele momento foi importante. Representou, sim, uma ruptura, e a vitória — ao menos de um grupo.

YLS: Gosto muito de reforçar o Sete de Setembro porque, naquele momento, havia um grupo muito específico e coeso. E o que uniu essas pessoas que estavam definindo o futuro político dessa nova nação foi, em grande medida, o lugar de senhores de escravizados. É importante pensar o Sete de Setembro como um momento de ruptura política, mas levando em consideração quem foram os agentes dessa ruptura e o que eles escolheram manter; e por que eles escolheram manter isso em meio a essas transformações. E a escravidão, sem sombra de dúvida, foi a maior aposta e a maior manutenção. Mas uma manutenção em

um momento em que a possibilidade de a escravidão acabar também estava no horizonte de expectativas.

O Brasil poderia ter seguido outros caminhos. Havia outras possibilidades de Brasil, mas a que venceu foi a dos senhores de escravizados. E não é que o país seria "progressista" se decidisse acabar com a escravidão ou, pelo menos, com o tráfico. Nos Estados Unidos, por exemplo, o tráfico já estava proibido desde 1808.

Aqui, as coisas pioraram: como vimos, dez anos depois da chegada da família real, o volume de escravizados desembarcados já tinha passado de 30 mil para 42 mil por ano. Depois da Independência, foi para 52 mil.⁴

YLS: O racismo não é um tipo de gás que está na atmosfera. É uma construção humana. E a escravidão, também. É uma instituição. E ela perdurou porque havia um grupo de senhores de escravizados formando a elite política brasileira. As elites políticas brasileiras, nas suas multiplicidades, nas suas discordâncias, tinham essa base comum que era o fato de serem proprietários de escravizados.

Em dezembro de 1822, foram criados os símbolos nacionais, como a bandeira do Império. Você já deu uma boa olhada na bandeira do Império?

Ela tem o mesmo retângulo verde da bandeira de hoje, representando a Casa de Bragança, que é a família de d. Pedro, e o losango amarelo, representando a família de Maria Leopoldina. Tem a Cruz da Ordem de Cristo, as estrelas representando as províncias, e a coroa. Acima da coroa tem outra cruz, simbolizando a ideia de que Deus estava "acima de tudo". *Hum.*

E tem dois raminhos de folhas que ninguém costuma reparar, emoldurando o brasão. De um lado, café; do outro, tabaco (usado na troca por escravizados no continente africano). Unidos pelo "laço da nação" (a fitinha verde e amarela), os ramos formam uma coroa de louros. Segundo o decreto de d. Pedro, os ramos deveriam simbolizar a "riqueza comercial" do Império.⁵ Daí eu pergunto a você: quem trabalhava e colhia; quem trabalhava e morria para gerar essas duas riquezas?

De todo modo, ainda que o processo de separação de Portugal não tenha tido o heroísmo pintado por Pedro Américo, também não dá para dizer que a Independência do Brasil foi um movimento pacífico, sem guerra. Teve guerra e sangue derramado. Só que o sangue não era "azul".

YLS: As guerras de independência aconteceram em diferentes partes do país, onde as forças militares dessa recém-criada nação contaram com uma ajuda fundamental da população na luta pela expulsão das tropas portuguesas. Foram movimentos que contaram com um apelo popular muito grande. E não era que as pessoas ficavam na janela de suas casas batendo palmas: elas foram para as ruas com facas, com o que tivessem, porque ainda não tínhamos um Exército organizado.

A mais conhecida dessas guerras, e a que teve maior repercussão, foi na Bahia.

YLS: A Guerra da Independência na Bahia teve uma participação popular significativa, com a participação de pelo menos três mulheres que ganharam, em escalas diferentes por causa de suas pertencças raciais, destaque na história brasileira.

TIAGO ROGERO: Uma dessas mulheres era a Maria Felipa, né?

YLS: Sim, que é a mulher negra que conhecemos de forma mais emblemática nesse período da história do Brasil.

VALDÍRIA LOPES: Maria Felipa representa negros e negras que perderam a vida e que foram invisibilizados por séculos. E você não vê a história, os livros, falando desses corpos que foram jogados. Maria Felipa, para mim, representa a presença do negro na luta pela Independência do Brasil na Bahia.*

Valdéria Lopes me recebeu na ilha de Itaparica, na Baía de Todos os Santos, a catorze quilômetros de Salvador.

VL: Aqui em Itaparica foi onde houve mais sangue derramado na luta da Independência. Itaparica é um lugar singular quando se fala das consequências das lutas da Independência. Mas poucas pessoas sabem disso.

Quando as Cortes Gerais promoveram as capitânias à condição de províncias, eleições na Bahia escolheram um brasileiro para chefiar a junta governativa baiana. As Cortes, contudo, passaram por cima da escolha e nomearam para o cargo um português: o coronel Madeira de Mello. Os brasileiros não aceitaram e teve início um confronto.⁶ À época, a maioria da população livre em Salvador era “negra e mestiça e odiava os portugueses porque estes monopolizavam a venda e especula-

* Valdéria Lopes é pedagoga e especialista em metodologia do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira.

vam com os preços de certos produtos básicos de subsistência, além de serem particularmente racistas”.⁷ Quando o conflito começou, os “respeitáveis cidadãos” brancos fugiram para o Recôncavo Baiano, onde ficavam seus engenhos. E a linha de frente da resistência brasileira acabou sendo formada por pessoas negras, as chamadas “tropas de cor”.

A época dos confrontos, Maria Felipa teria por volta de 27 anos.⁸ Era pescadora, marisqueira e ganhadeira (comerciante). Com o início da guerra, descia de barco o rio Paraguaçu — ligação entre a Baía de Todos os Santos e o Recôncavo — levando mantimentos às cidades que formavam a resistência brasileira contra as tropas portuguesas.⁹ O grupo de quarenta mulheres liderado por ela também teria incendiado “inúmeras” embarcações portuguesas pelo caminho. Conta-se ainda que, certo dia, o ataque foi mais criativo: deram uma surra de cansação — ou cansação-de-leite, planta que, em contato com a pele, provoca queimadura — nos inimigos.¹⁰

Até onde se sabe, não há documentos que respaldem os relatos sobre Maria Felipa.¹¹ Mas conhecemos o descaso com que, em geral, documentos são tratados no Brasil. Imagine, então, algo de duzentos anos atrás, envolvendo o protagonismo de uma mulher negra. No fim das contas, o que importa mesmo é o significado de Maria Felipa para a história. A memória dela segue viva não só em Itaparica,¹² mas na Bahia e no Brasil.

VL: Eu, enquanto mulher negra, não preciso que o sistema prove por meio de documentos a existência de Maria Felipa. Para mim, a imagem dessa mulher reafirma a presença do povo negro na luta pela Independência do Brasil na Bahia. Muitos negros lutaram pela sua independência. Sabemos disso, mas a história não conta. Maria Felipa é o elemento pedagógico, didático, que faz com que construa-

mos esse discurso que não foi escrito. Ainda sofremos muito preconceito porque a maioria dos acadêmicos diz que ela é um mito, que não existiu. Mas entendemos que a história é forjada com memórias. Eu me sinto contemplada por essa heroína. Não preciso que acadêmico nenhum ache importante. Maria Felipa é o negro na luta pela Independência. Ela nos tira da invisibilidade dos livros didáticos, dos livros de história. Essa mulher é muito forte.

D. Pedro enviou para o coronel Madeira de Mello uma carta ordenando que partisse com suas tropas para Portugal. Foi "solenemente ignorado".¹³ Isso aconteceu uns dois meses antes da Independência, quando Portugal ainda nutria a esperança de vencer a guerra na Bahia "para tentar dividir o território do Brasil em duas partes — ocuparia Salvador para, dali, reocupar o Rio".¹⁴ Restou a d. Pedro recorrer a um mercenário francês que, após ter participado das Guerras Napoleônicas e de ter lutado ao lado de Simón Bolívar (1783-1830) pela Independência da Colômbia, morava no Brasil desde 1819: Pierre Labatut (1776-1849), que foi contratado para liderar as tropas brasileiras. No fim de 1822, o imperador foi atrás de mais um mercenário estrangeiro, também veterano das Guerras Napoleônicas, mas desta vez para chefiar a Marinha: o escocês Thomas Cochrane (1775-1860), que tinha sido expulso da Marinha britânica em 1814.¹⁵

A guerra na Bahia continuou por mais uns meses e, por fim, foi vencida pelo Brasil. O coronel Madeira de Mello se rendeu e deixou Salvador com suas tropas: mais de 4 500 militares.¹⁶ Foi em um 2 de julho, e por isso a data é celebrada até hoje na Bahia. O número de mortos e feridos "pode ter sido superior a 2 mil, sem contar as mortes provocadas por doenças".¹⁷ Afinal, teve guerra e morte na Independência do Brasil. Teve "independência ou morte". Só que quem morreu era preto e pobre.

A essa altura, d. Pedro I já tinha sido coroado. Mas não quis ser "rei", como o pai. E, sim, "imperador". A autoestima do homem hétero cis branco é mesmo imbatível.

Tiveram início as negociações para o reconhecimento do Brasil como nação independente. No meio delas, Bonifácio aproveitou para fazer dois pedidos ao Reino Unido: homens para compor o efetivo da Marinha¹⁸ e trabalhadores ingleses em geral que pudessem vir morar aqui, manifestando "sua preocupação em demonstrar a superioridade do trabalho livre sobre o escravo".¹⁹ Sabendo da pressão britânica pelo fim do comércio de seres humanos, Bonifácio "fez saber" à nação parceira que reprovava o tráfico, "prejudicial ao governo brasileiro e desonroso ao caráter da nação". Mas que "só não o interrompia, pois a existência do novo governo estaria ameaçada". "Em dois ou três anos", contudo, "o mal teria fim." Segundo Mary Del Priore, Bonifácio "sabia que o preço a pagar pela unidade do Império era mesmo a escravidão".²⁰

Um preço que gerações e gerações de pessoas negras — as que conseguiram sobreviver — estão pagando até hoje.

Parte 5

Um novo país precisa de leis. Precisa de uma Constituição. Em 3 de maio de 1823, foi instaurada, no Rio de Janeiro, a Assembleia Nacional Constituinte. Os parlamentares eram quase todos homens brancos ricos; havia alguns poucos afrodescendentes. Também não havia mulheres, que à época não votavam nem podiam se candidatar. Mulher ou indígena não tinha; mas de uma só família branca e rica havia nada menos do que três integrantes: Bonifácio e seus irmãos Martim Francisco e Antônio Carlos.

Uma questão central, desde o início dos debates, foi a definição de cidadania: quem, afinal, deveria ser considerado cidadão no novo país?

Deputado pelo Ceará, o padre José Martiniano Pereira de Alencar (1794-1860) defendia que africanos livres fossem considerados cidadãos. E fazia disso uma defesa da abolição: "Devemos atalhar quanto pudermos o comércio da escravatura para enfim o terminarmos, parece-me que vamos mais direto a este fim concedendo logo aos libertos o foro de cidadão brasileiro".¹ Já o mineiro João Severiano Maciel da Costa (1769-1833) via na concessão de cidadania a africanos um risco à "segurança pública". E teve a pachorra de dizer que a elite brasileira não tinha

culpa pela escravidão: "Os africanos vêm porque seus bárbaros compatriotas os vendem". Pelas décadas seguintes, essa ideia "seria o tom" dos discursos em defesa da manutenção do tráfico² — e infelizmente não ficou só no passado, como sabemos.³

Principal ministro de d. Pedro I, Bonifácio participou do comitê que elaborou o Projeto de Constituição — uma espécie de "texto-base" — que os parlamentares discutiram em plenário. E preparou também um documento próprio para apresentar aos colegas: uma defesa do fim da escravidão.⁴

É preciso, pois, que cessem de uma vez os roubos, incêndios e guerras que fomentamos entre os selvagens da África. É preciso que não venham mais a nossos portos milhares e milhares de negros, que morriam abafados no porão dos nossos navios, mais apinhados que fardos de fazenda: é preciso que cessem de uma vez por todas essas mortes e martírios sem conta, com que flagelávamos e flagelamos ainda esses desgraçados em nosso próprio território. É tempo, pois, e mais que tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carniceiro; é tempo também que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes.⁵

Pelo "selvagens da África" dá para notar que, mesmo criticando a barbárie que era a escravidão, Bonifácio não deixava de ser ele mesmo também racista.

É que, apesar do contato com as ideias abolicionistas nos anos em que morou na Europa, ele não tinha um foco exatamente humanitário ao propor a abolição.

MARY DEL PRIORE: Ele estava preocupado com o progresso econômico do Brasil. Ele entendia que a escravidão

era um atraso que, de certa maneira, impossibilitava a criação da indústria e a ocupação do solo de maneira inteligente.

Segundo Salloma Salomão, Bonifácio “equivocadamente é lido como quem propôs a libertação das pessoas escravizadas, mas não foi isso que ele propôs”. O que ele queria era que

a sociedade nascente, o Estado-nação, em um futuro próximo, pudesse ser branco. [...] É muito importante não nos esquecermos que o projeto do Estado-nação que tem sido construído e reconstruído pelas elites brancas é um projeto que nos elimina física, biológica e simbolicamente.⁶

Para tanto, Bonifácio tentou convencer os colegas pelo que era mais importante para eles: o bolso. Argumentando que, se a escravidão não tivesse fim, o crescimento econômico do país seria comprometido.

O projeto de lei tinha 32 artigos. O primeiro previa que o tráfico deveria ser inteiramente interrompido “dentro de quatro ou cinco anos”. Durante esse período, escravizados deveriam custar mais caro; todos os homens libertos receberiam do Estado “uma pequena sesmaria de terra para cultivarem”; crianças de menos de doze anos não poderiam ser empregadas “em trabalhos insalubres e demasiados”; puérperas teriam direito a “um mês de convalescença” depois do parto e, passado esse período, por um ano não trabalhariam “longe da cria”, entre outras medidas.⁷

Basta de dormir: é tempo de acordar do sono amortecido em que há séculos fazemos. Vós sabeis, Senhores, que não pode haver indústria segura e verdadeira, nem agricultura florescente e grande, com braços de escravos viciosos e boçais. Mostra a experiência e

a razão que a riqueza só reina onde impera a liberdade e a justiça, e não onde mora o cativeiro e a corrupção. Se o mal está feito, não o aumentemos, Senhores, multiplicando cada vez mais o número dos nossos inimigos domésticos, desses vis escravos, que nada têm a perder, antes de tudo que esperar de alguma revolução como a de S. Domingos. [...]

Generosos cidadãos do Brasil, que amais a vossa Pátria, sabeis que sem a abolição total do infame tráfico da escravatura africana, e sem a emancipação sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará sua independência nacional e segurará e defenderá a sua liberal Constituição [...].⁸

E lembremos de novo quem estava fazendo a proposta: o segundo homem mais poderoso no Brasil naquele momento, atrás somente do imperador.

Mas o projeto nunca sequer chegou a ser apresentado à Assembleia Constituinte.

Em pouquíssimo tempo, muita coisa aconteceu. Primeiro, Bonifácio foi demitido pelo imperador. Sim, demitido. Essas ideias “reformistas” dele não pegavam bem entre uma considerável parte da sociedade: “Agricultores, comerciantes, pequenos e grandes donos de escravos, inclusive ex-escravos”.⁹ Mas não era só isso: outros deputados reclamavam que Bonifácio e seus irmãos eram muito truculentos. Houve até o caso de um jornalista português que, após criticar os Andrada em um jornal, foi agredido por Bonifácio e “seus asseclas”.

Além disso, não é difícil de imaginar que o enorme ego de Bonifácio e o de d. Pedro I estavam em constante rota de colisão. Em 15 de julho de 1823, o imperador demitiu o ministro e a família do político imediatamente mudou de lado, passando para a oposição. Antes que o projeto de lei pelo fim da escravidão fosse levado a plenário, o monarca deu um golpe e destituiu

a Assembleia Constituinte, em 12 de novembro de 1823, só seis meses depois do início dos trabalhos.

Um dos motivos é que os deputados estavam trabalhando em um texto que restringia os poderes do imperador e dava mais autonomia para as elites das províncias, transformando o Brasil numa espécie de monarquia constitucional parlamentarista.¹⁰ D. Pedro I não gostou e acabou com a brincadeira. Bonifácio foi preso e exilado.

MDP: Não acho que Bonifácio tenha caído por causa de sua luta contra a escravidão, tanto que depois, no exílio, ele jamais se dignou a lembrar dessa questão. E lembro para aqueles que ainda acreditam que ele é o grande "patrono da Independência" que, quando ele caiu, fundou um jornal. E quem primeiro considerou-o o grande patrono da Independência foi ele mesmo. Porque nesse jornal, *Os Tambores*, ele se autoentrevistou e disse que os Andrada foram os responsáveis pela Independência do Brasil, esquecendo que as batalhas foram inúmeras em toda parte e que todos os brasileiros participaram, de um jeito ou de outro.

Não tinha mais Assembleia Constituinte, mas o Brasil ainda precisava de leis. O imperador nomeou uma comissão composta por dez membros para escrever a Carta — entre eles, Maciel da Costa, aquele que dizia que a elite brasileira não tinha culpa pela escravidão. O mineiro não só ajudou a escrever a Constituição como se tornou o novo braço direito de d. Pedro I e, com isso, foi o subscritor da nova Carta.

E a escravidão, bem. Já sabemos o que houve com a escravidão.

LYNAÊ LOPES DOS SANTOS: Se há algo que se manteve depois da atuação de d. Pedro I e da dissolução da Constituinte foi justamente esse caráter escravocrata, que era um reflexo do caráter escravocrata da oligarquia brasileira. A classe oligárquica brasileira é descendente de proprietários de escravizados. Essas pessoas não chegaram aqui três dias antes do Sete de Setembro, muito pelo contrário. Faziam parte de famílias que há décadas, talvez séculos, já eram proprietárias de escravizados. Então, quando a manutenção da escravidão se deu na Constituição de 1824, foi por meio do silêncio. Não havia nenhum instrumento legal dizendo "A escravidão continua". Não tinha nada. O que havia era o artigo 179 da Carta Constitucional de 1824 dizendo que todo cidadão brasileiro tinha como garantia a propriedade privada. A escravidão faz parte da propriedade privada e segue o baile.

E a Constituição trazia um outro artigo que ajudaria a manter o sistema escravocrata por mais tanto tempo: a definição de cidadania. Pela Carta, toda pessoa livre, nascida no Brasil, era considerada cidadã do Império. Um ex-escravizado brasileiro, por exemplo, era um cidadão. Se fosse africano, ainda que conquistasse a alforria, não seria um cidadão. Já o filho desse africano livre, sim.

Era uma espécie de válvula de segurança: os poderosos sabiam que, se excluíssem os ex-escravizados nascidos aqui, correriam o risco de botar abaixo todo o sistema escravista. Ao excluir só os africanos, fomentavam a desunião entre a população africana e a afrodescendente. Para que africanos e afrodescendentes jamais se entendessem como um só grupo. Com isso, a cidadania virou uma possibilidade de "ascensão social", ainda

que limitadíssima: o africano não poderia sonhar com ela, mas seus filhos, sim.

E vale lembrar que, mesmo para as pessoas negras que a conseguiam, a cidadania não era plena. Na prática, era de “segunda categoria”. A grande maioria dessas pessoas tinha direitos civis, mas não políticos: votar e ser votado em todas as eleições. A Carta também ignorava completamente os povos originários.

Outorgada em 25 de março de 1824, essa Constituição é até hoje a mais longeva da história do Brasil. Durou até 1891. E por todo esse período as pessoas negras livres tiveram uma liberdade precária.

YLS: A liberdade, mesmo quando garantida por uma carta de alforria, ou até mesmo para a população negra que nascia já livre, era uma liberdade atrelada a uma escravidão racializada, o que significa que ser negro era nunca ter uma liberdade plena. Por isso, virar proprietário de escravizados era uma das formas mais efetivas para garantir a própria liberdade.

Por isso alguns ex-escravizados, quando conseguiam algum dinheiro, acabavam comprando escravizados. Embora senhores e sinhás negras e negros fossem a minoria da minoria, eles existiram.

YLS: Os proprietários de escravos não eram só os grandes senhores. A escravidão era uma instituição, uma propriedade privada.

Nem todas as províncias aderiram ao projeto de Independência. No “Norte”, muitas delas tinham aderido à Revolução Liberal do Porto. Para demovê-las, d. Pedro I enviou tropas

para o Maranhão e para o Grão-Pará — que, à época, reunia parte do que hoje são Amazonas, Amapá, Roraima e Pará. Foi lá que aconteceu o vergonhoso “caso do brigadeiro Palhaço”: houve uma manifestação contrária à Independência e as tropas enviadas pelo imperador prenderam dezenas de pessoas. Cinco foram fuziladas, e 256 trancadas no porão do brigadeiro. “No dia seguinte, apenas quatro prisioneiros ainda estavam vivos.” Desses quatro, três morreram pouco depois e o quarto “ficou senil aos 23 anos de idade”.¹¹

Em Pernambuco, a dissolução da Constituinte foi muito mal recebida. Nos jornais locais, d. Pedro I era chamado “de tirano e traidor”.¹² O presidente da junta governativa era Manuel de Carvalho Pais de Andrade (1774-1855), que havia participado da revolta de 1817. Em 2 de julho de 1824, Carvalho publicou um manifesto proclamando a criação da Confederação do Equador, em que as províncias do Norte estabeleceram um governo próprio “debaixo do melhor de todos os sistemas — representativo”, a exemplo do modelo dos Estados Unidos, de estados confederados. A Confederação era formada por Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí.

Uma das primeiras medidas foi, logo no dia seguinte à proclamação, suspender o tráfico de escravizados. Mas isso acabou atraindo “a oposição feroz de todos os beneficiários do tráfico”.¹³ O Exército Imperial também foi enviado e, com a ajuda dos senhores de engenho do interior, conseguiu ocupar o Recife em setembro. Encurralada, a Confederação foi derrotada.¹⁴

No Rio de Janeiro, a Assembleia Geral — composta por duas casas: a Câmara e o Senado — começou a operar em 6 de maio de 1826, quase três anos depois da dissolução da Assembleia Constituinte. O artigo 179 da Constituição dizia que qualquer

cidadão que fosse preso tinha o direito de saber, em até 24 horas, “o motivo da prisão, os nomes do seu acusador e os das testemunhas”. E previa também que, se houvesse uma violação à Constituição, todo cidadão tinha o direito de apresentar “reclamações, queixas ou petições” ao Legislativo e ao Executivo.

Em 1826, chegou à Câmara a petição de um homem negro, Delfino (não se sabe o sobrenome dele). O caso foi revelado por Adriana Pereira Campos e Kátia Sausen da Motta.¹⁵ Na petição, o advogado argumentou que Delfino estava preso há dois meses sem acusação. Não tinha crime. O advogado escreveu que “o suplicante, como liberto, é um cidadão que, como tal, não pode ser preso e muito menos continuar a existir em prisão”.¹⁶

Delfino, que era pardo, tinha sido escravizado por um sujeito rico, João Antonio de Barcellos. Barcellos morreu e teve início uma briga pela herança dele, que incluía a fazenda Quissamã, uma das principais produtoras de açúcar de Campos dos Goytacazes (RJ). Daí o filho do morto não quis esperar pelo fim da disputa pelo espólio e vendeu Delfino para um outro sujeito rico, Joaquim José Gomes de Castro.

Nisso, entrou em campo um outro parente que também disputava o espólio: o coronel João Carneiro da Silva. Ele questionou a venda de Delfino, alegando que ele não poderia ter sido vendido por pertencer ao plantel de uma fazenda que estava em litígio.

Um dia, Delfino viajou para o Rio de Janeiro a mando de Joaquim (o sujeito que tinha comprado ele) e foi preso pelo coronel. Teve início uma disputa jurídica e Joaquim tomou uma medida enérgica: concedeu a carta de alforria para Delfino.

Mas o juiz decidiu que, enquanto não houvesse uma palavra final sobre o espólio, Delfino deveria continuar preso, mesmo sem ter cometido crime algum.

A petição foi apresentada à Câmara em 17 de julho de 1826. Só no ano seguinte, em 7 de maio, foi lido em plenário um pa-

recer da comissão que analisou o caso, e as notícias foram as piores possíveis para Delfino. Os parlamentares deram razão para o juiz: “O suplicante não pode dizer-se cidadão enquanto não for ultimamente decidida a questão que pendê sobre a sua liberdade”.¹⁷ O parecer é a última notícia que se tem de Delfino.

Em 23 de agosto de 2019, em Petrópolis (RJ) — cidade em que até hoje parte dos moradores são obrigados a pagar laudêmio para os descendentes de d. Pedro I —, o autônomo Anderson Gonçalves foi até o Mercado Imperial, no Centro. Soube que estavam fazendo uma obra e queria conferir se havia alguma vaga de trabalho para ele. Mal chegou, Anderson foi abordado por dois homens — que, depois, soube serem policiais à paisana.

ANDERSON GONÇALVES: Não me explicaram nada, só disseram que queriam falar comigo. Aí me colocaram sentado lá, começaram a tirar um montão de foto, um monte de gente olhando... E eu perguntando o que estava acontecendo. Pegaram meu celular, falaram que não era para eu ligar para ninguém. Aí um deles falou: “Você só vai ser conduzido para a delegacia e depois vai embora para casa”. Eu perguntei por que eu deveria ir à delegacia e disse que eu não devia nada à Justiça. E eles: “Não, você vai ter que ir”. Quando cheguei lá, a delegada veio falando que eu era safado, ficou me xingando. E eu falei que era trabalhador. Aí ela disse: “Já tranca ele lá dentro”.*

Anderson não podia falar com a esposa e não sabia por que tinha sido preso.

* Anderson Gonçalves é autônomo.

Um mês antes, em 16 de julho, um homem tinha ido à delegacia registrar boletim de ocorrência. Ele contou que, em 27 de junho, andava pela rua quando foi abordado pelas costas e ameaçado com uma faca pelo assaltante, que levou a mochila, o celular e dois cartões de banco. Em depoimento, disse que o ladrão era um homem negro com uma cicatriz no lado esquerdo do rosto. Os policiais lhe mostraram várias fotografias de “suspeitos”¹⁸ para ver se ele reconhecia algum deles. Negativo.

Três dias depois, o homem foi chamado de volta e os policiais lhe mostraram uma foto de Anderson, que já tinha sido alvo de boletins de ocorrência no passado — todos, contudo, arquivados por falta de provas. Pela foto, o homem “reconheceu [Anderson] sem qualquer dúvida como sendo o autor do roubo”, escreveu o delegado.¹⁹ O juiz expediu um mandado de prisão e Anderson foi preso quando chegava ao mercado.

No dia da prisão, a vítima foi chamada de volta à delegacia e colocada numa sala, de frente para um vidro. Do outro lado, olhando para um espelho, estavam Anderson e dois homens.

AG: Os dois ficaram olhando um para o outro e rindo. E eu olhava para o espelho. Eles riam da minha cara e eu, sério, olhava para o espelho.

Mais uma vez, a vítima “reconheceu” Anderson como o autor do crime, e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ofereceu denúncia contra ele. Em 28 de agosto, o juiz aceitou. Ainda sem qualquer informação, Anderson ficou seis dias numa cela da delegacia, depois mais três dias em um centro de triagem; e, por fim, foi para a prisão. A esposa dele também não sabia por que ele tinha sido preso.

CRISTIANA GONÇALVES: No dia em que ele foi preso, levei os documentos dele. Chegando lá, o policial que me atendeu falou: “Não precisa trazer documento. Documento para quê? Ele roubou e pronto”. Aí eu perguntei: “Mas não tem papel, não tem nada?”. Não me deram papel nenhum.*

O defensor público estadual Marcílio Brito assumiu o caso.

MARCÍLIO BRITO: Vou completar 27 anos de Defensoria Pública [a entrevista foi concedida em fevereiro de 2022] e esse caso é uma das maiores injustiças que eu já vi. Aqui nós temos o racismo estrutural efetivamente configurado por parte da Polícia Civil, na investigação; do Ministério Público, na acusação; e do Judiciário, como julgador. Ele foi pego na rua, “ah, você é o autor do crime e está preso”, e foi colocado para reconhecimento ao lado de dois homens brancos.**

Pois é, faltou mencionar esse *detalhe*. Embora a vítima estivesse de costas no momento do crime, ela disse que o assaltante seria um homem negro. No reconhecimento presencial, os policiais colocaram três pessoas diante da vítima, do outro lado do vidro: Anderson, que é negro, e dois homens brancos.

MB: E a vítima acabou reconhecendo o Anderson em um processo de indução.

Mas esse não foi o único erro do caso.

* Cristiana Gonçalves é autônoma e esposa de Anderson Gonçalves.

** Marcílio Brito é defensor público estadual no Rio de Janeiro.

MB: Anderson só foi levado à autoridade judicial seis meses depois do primeiro dia de encarceramento, quando é obrigatória a audiência de custódia.

Anderson não sabia do que estava sendo acusado e não teve direito a se defender. E só foi solto — inacreditáveis quinze meses depois — porque, em depoimento ao Judiciário, “a vítima não identificou no acusado a principal característica física que observou no autor do delito, ou seja, uma cicatriz no rosto”, escreveu o juiz.

MB: E o Anderson não tem a cicatriz.

Anderson ficou quinze meses detido. No dia do assalto, ele estava com a esposa em uma igreja evangélica, perto de casa, a mais de sete quilômetros de distância do local do crime. Pessoas que estavam com eles e que poderiam ter confirmado o álibi não foram procuradas pela polícia. O processo todo se baseou nos dois “reconhecimentos” e só teve fim quando o Ministério Público admitiu que a “prova” não era “suficientemente segura para embasar um decreto condenatório”.²⁰

Antes de tudo isso, Anderson e Cristiana tinham juntado economias para construir uma casa e abrir uma quitanda no terreno da mãe dela. Com a prisão, o dinheiro foi todo para itens básicos do dia a dia, tanto em casa quanto no presídio: toalha, sabonete, comida... Deixaram de passar três aniversários juntos (dois dela, um dele), um Natal e um Ano-Novo.

AG: A prisão me prejudicou em tudo porque eu era muito esforçado, eu tinha a minha banquinha [de verduras], quando apareciam os biscates eu fazia... Como a acusação foi de roubo, fica difícil entrar na casa de uma pessoa, que

vai desconfiar mesmo eu tendo provado a minha inocência. Então eu perdi todos os biscates. Hoje eu vivo de remédio controlado, porque se eu não tomar fico nervoso, me dá insônia... Fico pensando só na cadeia, que passa igual a um filme — é difícil de sair.

Foram quinze meses preso pelo *crime* de nascer negro no Brasil.

Quando gravei com Anderson, em fevereiro de 2022, uma das perguntas foi por que ele tinha concordado em conceder a entrevista, o que, de certa forma, o fazia reviver o trauma. “Para combater a injustiça, porque, assim como fizeram comigo, eles fazem com outros também”, respondeu. Perguntei o que ele esperava do futuro:

AG: O meu sonho continua o mesmo: abrir a minha quitandinha de legumes e verduras, abrir uma lanchonetezinha depois, para vendermos uns bolinhos. E continuar a vida trabalhando, né, porque eu quero me recuperar tomando esse remédio. Eu sei que um dia eu vou chegar lá. Mesmo que tenham tentado tirar de mim esse sonho, mas não tiraram. Porque eu ainda tenho isso na mente e eu vou fazer, vou lutar até conseguir.

Duzentos anos separam as histórias de Delfino e Anderson. São só dois exemplos de uma enormidade de casos que aconteceram e que continuam acontecendo. Para Delfino, a presunção era a de escravidão. Para Anderson, de culpa. *Todo negro é criminoso, até que se prove o contrário.*

Duzentos anos depois daquela primeira Constituição, o negro ainda é um cidadão de segunda categoria no Brasil.

O pecado original

Parte 1

Pouca gente estava lá na hora do “grito da Independência”. D. Pedro I estava no meio da viagem para conseguir o apoio da *boa* elite brasileira — os escravistas —, quando recebeu a notícia de que o caldo tinha entornado e anunciou o rompimento com Portugal. E esse momento fundador da nação brasileira acabou sendo presenciado por um grupo pequeno. Estavam lá d. Pedro, os criados dele — os escravizados, porque, afinal, se até hoje gente rica no Brasil não pode nem lavar a própria cueca, imagine naquela época, imagine a “realeza” —, e um grupo restrito de homens brancos.

ALOYSIO BEILER: Na verdade, aquilo foi mais uma cavalgada, uma farra de garotos rumo a São Paulo.*

A cavalgada tinha começado uns dias antes pela fazenda Santa Cruz, que era a casa de veraneio da família real e é onde fica o bairro Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Essa fazenda chegou a ter ao mesmo tempo mais de 2 mil pessoas

* Aloysio Clemente Maria Infante de Jesus Breves Beiler é advogado e pesquisador.

sendo escravizadas.¹ Se você já ouviu que a família real, depois imperial, não tinha escravizados, saiba que isso é lorota. Gerações foram escravizadas lá.

A primeira parada da comitiva, depois de sair da Corte, foi em Santa Cruz. E a segunda foi numa outra fazenda, em São João Marcos, a uns 120 quilômetros do Rio de Janeiro. A comitiva passou a noite ali, e o dono da propriedade se juntou ao grupo.

AB: Ali em São João Marcos, o Joaquim se incorporou à comitiva, mais cavaleiros se ofereceram para acompanhar e assim se deu o famoso “grito do Ipiranga”, que é romantizado com aqueles cavalos brancos e aquela coisa napoleônica. Na verdade, estavam todos montados em bestas, em burros, porque cavalo nenhum aguentava essa jornada Rio-São Paulo.

Por mais que a cavalgada tenha sido um perrengue, era um sinal de muito prestígio poder fazer parte dessa comitiva e compor a Guarda de Honra do futuro imperador.

E o que era necessário para estar nesse seleto grupo? Além de ser homem e branco, precisava ter muito dinheiro. Muito. Afinal, um dos objetivos principais dessa romaria era garantir para as elites que, mesmo com a separação de Portugal, a escravidão seria mantida. Daí, quando d. Pedro chegava com a promessa, não era só ele quem estava prometendo, mas também todos aqueles fazendeiros ricos ao lado dele, acompanhando e referendando o futuro imperador. Dando credibilidade.

E no meio dessa turma estava Joaquim, dono daquela fazenda em São João Marcos.²

AB: O Joaquim distribuía essa mão de obra pelas fazendas que tinha na Serra Fluminense, nas setenta ou quase cem

propriedades que tinha em toda a serra. Números gigantes, milhares de escravizados, aquisição de terras novas para desmatar e plantar o café, e com isso havia uma alta produção do produto. [...] O Joaquim é contemporâneo do barão de Mauá, que era um industrial e foi o homem mais rico do Brasil na época. O Joaquim alcançou o ponto mais alto de riqueza logo depois do barão de Mauá. Então, quer dizer: essas pessoas eram empresários, e empresários de grande sucesso.

Joaquim era um empreendedor. Se tivesse nascido nos tempos atuais, seria citado como exemplo por tudo quanto é *coach*. Sujeito de visão, multiplicava dinheiro. Era chamado de Rei do Café. E ainda há quem lembre dele assim, como nesta chamada de um programa de uma afiliada da TV Globo, em 2015:

Apresentadora: Tá com saudades da novela *Império* e das aventuras do comendador José Alfredo? Bom, “comendador” é um título dado a pessoas que se destacam por algum motivo. E você sabia que em outras épocas houve um comendador que foi praticamente dono da maior parte das terras aqui do Sul do estado? Fomos atrás da história do Rei do Café: o comendador Joaquim José de Souza Breves.³

“Comendador”. Essa palavra tem um peso. Era um título: uma ordem honorífica concedida pelo Império em agradecimento pelos “serviços prestados à nação”. Comprava, ou melhor, era agraciado com o título quem era muito rico e agradava ao Império. E não só Joaquim chegou a comendador, mas também o irmão dele: José de Souza Breves.

AB: Tem uma expressão que eu gosto muito: o “Tempo dos Breves”. Foi um período de cem anos, vamos dizer assim,

em que a família Breves dominou a região do vale fluminense. E o vale fluminense era o maior produtor de café do mundo, na época.

A história deles no Brasil começou quando o avô português desembarcou aqui em 1750. Ele recebeu da Coroa dez quilômetros de terra, na capitania do Rio de Janeiro. Teve cinco filhos. O segundo casou-se com a filha de uma outra família portuguesa rica da região, os Almeida Frazão. Esse casal teve nove filhos: entre eles, José e Joaquim, que acabariam se casando com as próprias sobrinhas, filhas da irmã deles, Cecília. Esse tipo de relação endogâmica era uma estratégia para manter a riqueza em família.⁴

Juntos, Joaquim e José tiveram dezenas de fazendas. Dezenas. Eram tantas que Joaquim dizia que dava para ir do Rio de Janeiro até Minas Gerais, e do Rio até a divisa com São Paulo, sem pisar fora de seus territórios: só indo de uma fazenda para outra.⁵

AB: A fazenda de São Joaquim da Gramma era a sede e a residência do comendador Joaquim Breves. Era um verdadeiro palácio, com muros altos, no alto de uma pequena colina. Dali ele construiu e administrou o próprio império. Tem muitos relatos de visitas de embaixadores, de pessoas de outros países, à fazenda da Gramma. E eles mencionam o luxo, os talheres de ouro, toalhas de linho importadas da ilha da Madeira, móveis e porcelanas francesas...

O historiador e professor Thiago Campos Pessoa pesquisou a fundo a história dos irmãos e escreveu um livro sobre eles.⁶

THIAGO CAMPOS PESSOA: Os irmãos Breves, assim como muitos outros indivíduos, fazendeiros do século 19, representavam o que podemos chamar de classe senho-

rial, de elite imperial. O José e o Joaquim Breves eram dois dos maiores senhores de escravizados do período imperial. Para você ter uma ideia: José Breves, quando a esposa dele morreu, em 1868, era senhor de cerca de 1350 indivíduos. Isso para a realidade brasileira era completamente fora de padrão. E o Joaquim, também. Os observadores de época dos jornais diziam que o Joaquim Breves era senhor de 3 mil africanos. Então podemos dizer com certa tranquilidade que esses dois irmãos, José e Joaquim Breves, eram senhores de quase 5 mil pessoas.

Eu queria que você pensasse um pouco nesses números — que, aliás, nunca são só números; eram vidas, eram pessoas... Mas, por enquanto, vamos focar na quantidade. Quando pensamos na escravidão, em quem é que tinha escravizados — os proprietários; os senhores e as sinhás —, é comum imaginar um grande fazendeiro, dono de dezenas, centenas de escravizados. Fazendeiros como os irmãos Breves.

Mas, naquele tempo, a escravidão era totalmente naturalizada no Brasil. Era a estrutura da sociedade, a base de tudo. E por isso muita gente tinha escravizados: um terço dos chefes de família.⁷

E olha que custava caro comprar um escravizado, que, não por acaso, era também um “objeto de luxo”. Ter escravizados em casa era considerado um sinal de riqueza — e quanto mais, melhor. A sanha era tanta que, no fim do século 17, o então rei de Portugal precisou dar um pito nos oficiais das tropas de Pernambuco e Bahia que estavam usando dinheiro do reino para comprar escravizados para suas casas. “Devem pagar do soldo que lhes dou”, esbravejou o rei.⁸

E dava até para comprar a prazo: havia juros, claro, mas com o tempo aquele escravizado acabaria pagando o próprio

custo por meio do trabalho. Isso se não morresse devido às jornadas forçadas e às péssimas condições a que era submetido, mas muitos senhores preferiam arriscar.

Por isso, nem só gente rica tinha escravizados. E havia até pessoas negras que tinham, também. Naquela sociedade, o escravizado era a moeda mais valiosa. Mais até do que terra. Possuir terra era importante, claro — e um privilégio dos brancos. Mas de nada adiantava um terreno sem as mentes e os corpos que trabalhariam nele.⁹ Então, quando uma pessoa negra livre conseguia ascender socialmente — e isso era bem difícil, mas às vezes acontecia —, ela tentava adquirir bens. E o escravizado era a posse mais valiosa de todas. Tem muito supremacista branco que gosta de citar esses casos como se fossem a regra, mas o fato é que pessoas negras donas de escravizados eram a minoria da minqria. Os pesquisadores Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein analisaram os dados de São Paulo, no começo da década de 1830: 94% dos donos de escravizados eram brancos. Só 6% eram pardos ou pretos.¹⁰

E eu nem preciso dizer que, para cada pessoa negra que tinha um escravizado, havia muitas outras pessoas negras lutando por liberdade, não só de si, mas dos outros, nos milhares de quilombos pelo país, por exemplo.

TCP: Todo o Brasil era de escravistas. Em todos os municípios do Império — todos, sem exceção —, em meados do século 19, existia alguém que possuía escravos. Mas essa posse era pequena: geralmente as pessoas tinham um, dois, no máximo três escravos. Esse era o padrão do Brasil.

Só uns 5% ou 6% dos senhores tinham mais de vinte escravizados.¹¹ E os irmãos Breves, por outro lado, tinham milhares. Milhares. E como foi que esses dois grandes empresários acu-

mularam toda essa riqueza? Provavelmente por *mérito*, você não acha?

Em 1829, Joaquim Breves tinha cinquenta escravizados. Era muito, mas ainda não eram milhares. Vinte anos depois, já eram 3 mil.

TCP: Certamente, a fortuna dos irmãos Breves tem como ponto inicial o tráfico de africanos.

O *comendador* Joaquim e o *comendador* José — os irmãos Breves, esses grandes empreendedores — eram, na verdade, traficantes de escravizados.

TCP: Então você tem essa figura do traficante, [...] que quase sempre era o consignatário ou o proprietário do navio negreiro. Mas esse sujeito, na verdade, era um grande empresário, um sujeito que articulava interesses e financiamentos seus e de outras pessoas.

E você leu um pouco sobre isso no último capítulo: o tráfico de escravizados era um empreendimento que custava muito dinheiro. Porque o sujeito tinha de ter não só o navio, mas o pessoal para fazer toda a operação, e também os produtos, como tabaco e açúcar, necessários tanto para alimentar a tripulação e os escravizados quanto para trocar por mais pessoas na costa africana.

E o tráfico também era um negócio arriscado, porque muita coisa podia dar errado no caminho e uma parte enorme das pessoas que eram sequestradas simplesmente não conseguiam sobreviver à viagem. Devido às condições desumanas, cerca de 670 mil africanos morreram antes de chegar ao Brasil. É muita gente. Para maximizar os lucros, os traficantes lotavam os porões dos navios. Em uma das viagens promovidas pelos ir-

mãos Breves, por exemplo, 855 africanos foram embarcados em um navio no porto de Quelimane, em Moçambique: nada menos do que 283 morreram no trajeto.¹²

O tráfico era arriscado, mas, se desse certo, dava muito lucro. Então muita gente rica participava dele. Se não fosse o cabeça da operação, entrava como sócio.

TCP: Eu encontrei um livro-carga que é uma das coisas mais impactantes com as quais já tive contato em relação à documentação do tráfico e da escravidão. Você tinha ali descrita a carga do navio e eram crianças, jovens, já demarcados com os sinais dos donos. O cabeçalho do navio dizia: "Meninos ou moleques pertencentes a fulano de tal". E aí vinha a marca que representava esse fulano de tal, no caderno e na pele daquele menino ou daquela menina.

E a violência não parava no desembarque. Nas fazendas de café, por exemplo, a jornada de trabalho era de quinze horas por dia, com meta de produtividade. Quem não cumprisse era torturado.¹³

TCP: A partir dos anos 1830, o café começa a despontar como commodity de excelência. Não é à toa que a bandeira do Império do Brasil nasce com um ramo de café. O café foi projetado como a principal aposta econômica do Brasil enquanto nação que surgia.

Movidos pelo "espírito empreendedor", os irmãos Breves investiram no tráfico de escravizados no momento de explosão do café.

TCP: O que esses senhores fizeram — senhores como José e Joaquim, e tantos outros do Vale do Paraíba — foi

permitir que política, econômica e socialmente a escravidão se propulsionasse no exato momento em que o café foi colocado como um projeto nacional. E a escravidão se propulsionou como um elemento importante — basilar, eu diria — dessa economia cafeeira de uma maneira muito particular no caso do Brasil.

A escolha por manter a escravidão não garantiu só a unidade do Brasil independente. Foi graças à exploração e à tortura de pessoas negras que o novo país se tornou economicamente viável.¹⁴ Foi só por causa da escravidão que a colonização portuguesa finalmente se pagou: lá nos 1500, todas as primeiras décadas tinham sido de prejuízo para a Coroa, até que os portugueses começaram a escravizar pessoas para produzir açúcar.¹⁵

Primeiro, foram os indígenas. E é importante lembrar que houve escravização indígena, um genocídio dos povos originários que durou muito mais tempo do que geralmente aprendemos. Nas primeiras décadas de colonização e, em algumas regiões, até séculos, a maioria da mão de obra escravizada era de pessoas indígenas.¹⁶ Havia "feiras" de comercialização de escravizados indígenas, uma delas na Vila de Campos de Piratininga — a atual cidade de São Paulo (SP).¹⁷ Os escravizados eram sequestrados em incursões feitas por bandeirantes como Manuel de Borba Gato (1649-1718), aquele cuja estátua foi incendiada em 2021.¹⁸

Por uma série de motivos, houve uma transição para a mão de obra africana. Um deles era que os africanos chegavam como "mão de obra qualificada", já que em suas sociedades estavam habituados à pecuária ou à metalurgia, por exemplo.¹⁹

Houve também uma sequência de epidemias que acabaram dizimando grande parte das populações indígenas. É que os europeus, além de violência, trouxeram também doenças com

as quais os povos originários não haviam tido contato. Os africanos, por outro lado, há séculos mantinham relações com os continentes vizinhos, e a própria "rotina" da escravização já envolvia um contato prévio com os portugueses. Segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro, todo o processo de encarceramento dessas pessoas no continente africano, transporte até os portos, embarque e desembarque no Brasil levava no mínimo oito meses, período em que os africanos ficavam expostos às doenças dos europeus.²⁰

E havia também os interesses do "mercado". Para os *players* (para falar no dialeto da Faria Lima) daquele tempo, a escravidão africana era economicamente mais interessante do que a indígena. O tráfico transatlântico era uma enorme rede de comércio envolvendo Europa, África e Américas. Envolvia escravizados, claro, mas não só. Em cada ponta havia alguém ganhando o seu. No Brasil, os senhores compravam mão de obra e, ao mesmo tempo, vendiam o que era produzido pelos trabalhadores. Na costa africana, traficantes enriqueciam e recebiam mercadorias que trocavam por mais escravizados. Em Portugal, o Reino lucrava com os impostos altíssimos cobrados sobre o tráfico e a produção advinda do trabalho escravo. Em Roma, a Igreja católica colhia uma taxa pelo batismo obrigatório de cada ser humano embarcado em um navio negreiro.²¹

E essa transição também não foi da noite para o dia: a escravidão indígena e a africana foram empregadas juntas por muito tempo. No Paraná e em Minas Gerais, por exemplo, os africanos só se tornaram maioria no começo do século 18.²² Aliás, um exemplo dessa transição está em um dos mais famosos pontos turísticos do Rio de Janeiro. Foram indígenas escravizados que começaram a construção — concluída, depois, por africanos escravizados — do aqueduto que, mais tarde, daria lugar aos Arcos da Lapa.²³

Assim como os africanos e afrodescendentes, os povos originários também resistiram e lutaram contra a escravização. Não foram poucos os quilombos que, além de negros, contavam também com indígenas. As fugas de indígenas também eram muito comuns. Levados para longe de suas aldeias, eles davam um jeito de voltar para casa, após dias de viagem a pé — o que, claro, não era uma opção para os africanos, como escreveu um naturalista: "Se os pretos não fogem para a África, donde vêm, não é por falta de vontade, mas pela de meios para atravessarem tantos e tão distantes mares".²⁴

Aos poucos, a escravização indígena acabou completamente substituída pela de africanos e seus descendentes.²⁵

Nenhum dos grandes ciclos econômicos daquele tempo — açúcar, ouro e café — teria existido sem a mão de obra escravizada.²⁶ Desde os tempos da colônia, todas as riquezas que o Brasil acumulou foram graças à escravidão.

Foi aqui que o tráfico negreiro tomou uma dimensão inédita. Outros países ou colônias também traficavam e dependiam do trabalho escravo, mas nenhum recebeu tanta gente africana escravizada quanto o Brasil. Nenhum.

Das 12,5 milhões de pessoas africanas que foram arrancadas de seus lares, 5,5 milhões tinham o Brasil como o destino. É o triplo da América Espanhola inteira — de todos os nossos vizinhos aqui da América do Sul somados. É doze vezes mais do que os Estados Unidos.²⁷ O porto que mais recebeu escravizados no mundo ficava no Brasil: o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro.²⁸

Não houve setor da economia brasileira sem trabalho escravo: do comerciante ao grande latifundiário; do industrial ao médico. Desde sempre, foram mãos e mentes negras que enriqueceram famílias brancas que até hoje se beneficiam dessa riqueza. Na "empresa" Brasil, o trabalho é negro e o lucro, branco.

Parte 2

THIAGO CAMPOS PESSOA: O Brasil se projetou como uma grande nação escravista atrelada ao comércio atlântico de africanos. Um comércio que, a partir de 1831, era clandestino pelo direito internacional, clandestino segundo os estatutos jurídicos nacionais e que, a despeito disso, tomou uma proporção inédita por agência de senhores como o Joaquim e o José de Sousa Breves.

Faltou contar esse pequeno *detalhe* sobre os irmãos Breves. Não é só que eles eram dois dos homens mais ricos do Brasil, muito próximos do imperador d. Pedro I. E nem é só que essa riqueza toda vinha do tráfico e da exploração de pessoas escravizadas: Joaquim e José de Souza Breves foram traficantes quando o tráfico era ilegal. Foram contrabandistas de pessoas ilegalmente escravizadas. Até para os padrões daquela época, o que eles faziam era contra a lei.

TÂMIS PARRON: A lei de 7 de novembro de 1831. Essa foi a primeira lei que regulou o fim do tráfico negreiro transatlântico da África para o Brasil. Essa lei está entre as

dez leis mais importantes da história do Brasil, ao lado de outras muito importantes, como a própria lei da abolição da escravidão, a da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).*

Voltando um pouquinho mais no tempo: o Reino Unido era um aliado de longa data dos portugueses. E, depois de 1822, continuou como o principal parceiro comercial também do Brasil. Para reconhecer o novo país como nação independente, os britânicos exigiram um monte de coisa, como condições alfandegárias especiais (menos impostos) para os produtos industrializados deles que chegassem aqui. Mas só isso não garantiria a igualdade de preço. Afinal, além dos custos de importação, a produção no Brasil tinha uma vantagem considerável: podia contar com mão de obra escravizada.

A negociação com o Reino Unido também envolveu um pedido de empréstimo milionário feito pelo Brasil. É que Portugal, para reconhecer a independência de sua ex-colônia, tinha exigido dos brasileiros o pagamento de um valor equivalente a 2 milhões de libras esterlinas. Curiosamente, era o valor exato devido pelos portugueses aos ingleses pela escolta da Marinha britânica em 1807, quando a família real fugiu para o Brasil. Como a nova nação não tinha esse dinheiro em caixa, pediu emprestado para o... Reino Unido.

Em 1826, Brasil e Reino Unido assinaram o Tratado Anglo-Brasileiro: os britânicos reconheceram a Independência e os brasileiros, além de baixarem os impostos de importação, comprometeram-se a acabar com o tráfico de escravizados em três anos.

Ainda assim, tinha muito senhor achando que o Brasil continuaria sem dar muita pelota para os ingleses. Afinal, esse era

* Tâmis Parron é historiador e professor.

o *modus operandi* desde os tempos de d. João VI: outros dois tratados parecidos já tinham sido assinados pelo rei em 1810 e 1817, e nada de muito significativo aconteceu.

Só que, no meio disso tudo, d. Pedro I acabou tomando uma decisão que custaria caro ao imperador: ratificou o tratado com a Inglaterra sem consultar a classe política do Império — os deputados e senadores —, as mesmas pessoas que tinham ajudado ele a romper com Portugal. Com a ratificação de d. Pedro I, o acordo entrou oficialmente em vigor e, em três anos, o tráfico deveria terminar.

TP: A elite política brasileira queria ser lida como diplomada. Mas ela era escravista até o núcleo da medula.

Os deputados e senadores dependiam da escravidão. Então, quando o imperador oficializou tudo sem consultá-los, a relação azedou.

É importante dizer também que isso tudo foi antes do boom do café. E a economia do Brasil independente já não estava lá essas coisas depois que o ciclo do ouro arrefeceu. Fora isso, tinha muito português ocupando cargo de confiança no governo, então começou a rolar um boato de que Portugal poderia recolonizar o Brasil. D. Pedro I, é sempre bom lembrar, era português — foi uma bela de uma “independência” essa em que o colonizador ficou como líder do novo país.

Aliás, um rápido parêntese: em 1826, a imperatriz Maria Leopoldina faleceu. E o imperador pediu a um amigo de uma rica família escravocrata de Minas Gerais para encontrar uma nova esposa para ele. Missão dada, missão cumprida e, em 1829, d. Pedro I se casou com d. Amélia de Leuchtenberg (1812-1873).¹

E agora uma fofuquinha: por causa do novo casório, d. Pedro I terminou o relacionamento extraconjugal com Domitila de Cas-

tro do Canto e Melo (1797-1867), a marquesa de Santos. Daí o imperador precisava de alguém para transportar os móveis dela, do Rio de Janeiro para Santos (SP). Sabe quem emprestou o barco? Joaquim de Souza Breves. O nome do navio era *União Feliz*.²

Bom, mas aí corta para 1830. Para melhorar a relação com o Congresso, d. Pedro I escolheu como principal ministro e braço direito Caldeira Brant (1772-1842), o marquês de Barbacena — justamente o amigo que o tinha ajudado a encontrar uma nova esposa. Senador, ele tinha um ótimo trânsito na Câmara dos Deputados.

E, pasme, Brant era sócio de traficantes; a própria esposa dele era filha de um dos principais comerciantes de seres humanos da Bahia. Mas, até para o marquês, cuja riqueza também vinha da atividade, já havia ficado claro que o comércio nefando estava com os dias contados. E não por sentimentos humanitários: era uma questão de negócios. Os tratados assinados por d. João VI, embora mal e porcamente cumpridos, deram algum prejuízo aos traficantes — sobretudo os da Bahia. Obcecado “pela introdução de novas maquinarias nos engenhos do Brasil”, Brant procurava alternativas para substituir a mão de obra escravizada.³ E esteve entre os representantes enviados pelo governo brasileiro para participar da negociação com o Reino Unido sobre o reconhecimento da Independência.⁴

D. Pedro I escolheu Brant como braço direito justamente por sua boa relação com o Congresso. Mas ela era tão boa que o imperador ficou com ciúmes e, em 1831, demitiu o ministro. Daí o caldo entornou de vez com os deputados e senadores, e os parlamentares conseguiram o apoio do Exército para pressionar o imperador. Acuado, d. Pedro I aceitou trocar todos os ministros portugueses por brasileiros, mas depois voltou atrás.⁵

Houve uma confusão na cidade e uma multidão foi para as ruas exigindo a partida do imperador. O Exército desertou e d. Pedro I renunciou, abdicando do trono em favor do filho, d. Pedro II (1825-1891), que tinha só cinco anos de idade.

Dai, sabe a quem d. Pedro I confiou a tutoria do Imperador Criança? A José Bonifácio, aquele mesmo que tinha passado de braço direito a persona non grata e que, depois da Independência, tinha sido demitido e exilado. Em 1831, Bonifácio já estava de volta do exílio. E d. Pedro I registrou o convite em carta, com direito a abertura em latim — que, quem sabe?, talvez tenha sido a inspiração para um certo vice-presidente golpista, em 2016 — “*Amicus certus in re incerta cernitur*”, ou “o amigo certo conhece-se nas ocasiões incertas”.

É chegada a hora de me dar mais uma prova de amizade, tomando conta da educação de meu muito amado e prezado filho e seu imperador.

Eu delego em tão patriótico cidadão a tutoria do meu querido filho, e espero que o educando naqueles sentimentos de honra e de patriotismo nos quais devem ser educados todos os soberanos para serem dignos de reinar ele venha, um dia, fazer a fortuna do Brasil, de quem me retiro saudosos.

Eu espero que me faça este obséquio, acreditando que a não m'o fazer, eu viverei sempre atormentado.

Seu amigo constante, Pedro.

P.S. Veja se as filhas poderão vir comigo, para as fazer bem educar na Europa, para serem um dia dignas Princesas do Trono Brasileiro.⁶

A queda de d. Pedro I criou no país um clima geral de “segunda Independência”, agora totalmente livre de Portugal. Afinal,

d. Pedro II tinha só cinco anos, mas era brasileiro. Para marcar os novos tempos, o marquês de Barbacena, que também tinha sido demitido pelo imperador, propôs uma lei brasileira para acabar com o tráfico de escravizados. E, olha, se está difícil de acompanhar, é assim mesmo: essa história toda é puro suquinho de Brasil. A ideia com a lei era fazer uma afirmação da “soberania nacional”: não seriam os britânicos pressionando pelo fim do tráfico; agora, era o Parlamento brasileiro quem estava tomando a iniciativa.

TP: O que essa lei dizia era muito simples. Ela previa que nenhum africano escravizado entraria no Brasil a partir daquela data. Isso é muito importante. Primeiro, porque o tráfico negreiro transatlântico existia já há mais de duzentos anos, quase trezentos. E essa lei colocou fim numa instituição multissecular. Ela dizia que aqueles africanos introduzidos no país ao arrepio da lei receberiam a liberdade, seriam declarados livres. E nisso ela foi muito radical porque, na história atlântica, quando outros países que também traficavam aboliram o tráfico, não saíram concedendo liberdade aos africanos introduzidos por debaixo dos panos.

O país que mais traficava no mundo agora era o mais radical na hora de combater o tráfico. E não parava por aí:

TP: Essa lei mandava prender o financiador do navio negreiro, o comandante do navio e as pessoas que ajudassem no desembarque dos africanos.

E aí você pode estar se perguntando, porque eu também estava:

TP: “Mas como um país escravista fez uma lei nesses termos?” A lei foi feita num dos momentos mais radicais da história política brasileira. O imperador d. Pedro I tinha acabado de cair. As ruas estavam agitadas. O Parlamento, inquieto. E a imprensa andava cheia de ideias novas, chegando a propor imposto sobre propriedade rural, o fim da escravidão; chegando até a contemplar votos para as mulheres, o que na época também era bastante polêmico. A lei foi fruto desse espírito inflamado.

Talvez você já saiba que essa é aquela que ficou conhecida como a “lei para inglês ver”. Você já ouviu essa expressão, né? “Para inglês ver” é algo que é de mentirinha: só funciona na aparência, não para valer. Foi essa lei — ou melhor, o descumprimento dessa lei — que deu origem à expressão.

Só que o que talvez você não saiba é que a lei foi cumprida.

TP: E o foi por cerca de quatro anos, mais ou menos. E isso não é pouco tempo, basta pensar na tortura coletiva que foram os quatro anos vivendo sob Bolsonaro [como presidente da República].⁷ Essa lei foi relativamente respeitada por quatro anos. O desembarque de africanos escravizados no Brasil depois da aprovação da lei caiu para o menor volume numa longa série histórica que chega a recuar até o século 17. O número bateu lá embaixo.

A lei não nasceu para inglês ver. Foi tornada.

TP: A expressão “para inglês ver” foi gestada num segundo momento, quando essa lei foi atacada, bombardeada, deslegitimada e enterrada viva em favor de interesses negreiros.

Nos primeiros anos da lei, quando o governo brasileiro tentou de fato coibir o tráfico, cerca de 40 mil escravizados foram desembarcados entre 1831 e 1834 — o que era pouco para os padrões da época. A *virada* começou em 1835, quando num só ano foram 35 mil. Entre 1836 e 1839, contudo, já foram 270 mil no total.⁸

E aqui vale repetir uma citação do último capítulo, de Ynaê Lopes dos Santos:

YNAÊ LOPES DOS SANTOS: A escravidão [...] era uma instituição. E ela perdurou porque havia um grupo de senhores de escravizados formando a elite política brasileira. As elites políticas brasileiras, nas suas multiplicidades, nas suas discordâncias, tinham essa base comum que era o fato de serem proprietários de escravizados.

As elites brasileiras tinham suas diferenças; discordavam, brigavam... Mas, se havia um *lugar* que essas pessoas compartilhavam, era o de senhores e sinhás. Bem agora que a economia poderia voltar a explodir por causa do café, uma *leizinha* ia atrapalhar o progresso?

TP: O Brasil tem destas coisas incríveis: uma potência para surpreender positivamente, como a lei de 1831; e, logo depois, uma enorme capacidade de autodestruição, como a reabertura do tráfico negreiro sob a forma de contrabando contra essa mesma lei. Quem é que enterrou a lei? Foram as forças obscuras que fizeram o golpe de 1964 e que elegeram Bolsonaro. Evidentemente não são as mesmas pessoas, mas é o mesmo espectro do campo político. Na época, essas forças eram os grandes fazendeiros cafeicultores do Vale do Paraíba, do Rio de Janeiro e de

São Paulo, mais os proprietários do sudeste e do oeste de Minas Gerais. Essa gente era podre de rica, formava o "Império da Ostentação". Aqueles fazendeiros fizeram pressão para suspender a lei de 1831 e receberam licença para escravizar ilegalmente, a rodio, a partir de 1835 e 1836, por mais cerca de quinze anos. E eles escravizaram.

O tratado assinado por d. João VI com o Reino Unido em 1817 já proibía o tráfico de pessoas sequestradas em países africanos acima da linha do equador. Ainda assim, pelo menos 43 mil pessoas dessas regiões foram trazidas entre 1818 e 1831. Depois da lei de 1831, pelo menos 740 mil pessoas foram ilegalmente trazidas para o Brasil. Setecentas e quarenta mil pessoas que, pela lei, não poderiam ter sido sequestradas e trazidas para cá e, ao chegarem aqui, deveriam ter sido imediatamente colocadas em liberdade.⁹

E não só essas 740 mil pessoas foram ilegalmente escravizadas, como seus descendentes, porque a escravidão seguia o útero: se uma mulher escravizada ficasse grávida, o filho dela era considerado propriedade do senhor.

Tâmis Parron chama o que aconteceu nesse período de a "política da escravidão".

TP: Foi um pacto político, um arranjo entre elites, tão importante quanto um pacto constitucional. Quem a "política da escravidão" envolvia? Os grandes políticos da época, o centro de comando do Estado, a elite financeira do Rio de Janeiro, que era a Corte do Império do Brasil, e os grandes proprietários de terras e de escravos do país. Todos unidos em torno da defesa da escravidão e do tráfico de escravizados como uma estratégia para gerar riqueza privada, crescimento econômico e financiar o Estado imperial, que na época estava sendo construído.

Na Câmara dos Deputados, havia uma facção formada pelos conservadores, também chamados de "Partido do Regresso" ou "saquaremas". E eles começaram a defender em bloco a abertura do tráfico. Um deputado, Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), pediu a revogação da lei argumentando que a culpa não era nem dos traficantes nem dos fazendeiros que insistiam na ilegalidade. Segundo ele, quem estava errado era quem delatava os criminosos para receber as recompensas em dinheiro previstas pela legislação, de trinta mil-réis por pessoa apreendida.¹⁰ Até o autor da lei, o marquês de Barbacena, propôs que ela fosse revogada, argumentando que era intolerável que os "proprietários tranquilos, chefes de família respeitáveis, homens cheios de indústria e virtude" pudessem ser incriminados pelo tráfico.¹¹

Mas não só parlamentares e senhores de escravos tinham culpa nesse cartório: o governo, também. Os traficantes, que eram as pessoas mais ricas do Brasil, diversificavam seus investimentos por meio, por exemplo, da concessão de empréstimos. E o Império era o principal devedor desses sujeitos que, agora, deveria combater.¹²

A proibição do tráfico também fez a arrecadação cair, porque o Tesouro imperial taxava o comércio escravista e a produção dessa mão de obra. Por fim, o Império decidiu deixar passar a boiada.

TP: Talvez esse tenha sido o primeiro episódio da "boiada" na história brasileira.

A referência é à infame fala do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em abril de 2020. Numa reunião de ministros com o então presidente da República, Salles — o responsável pela pasta destinada a proteger nossa fauna e flora

— propôs que o governo aproveitasse um dos momentos mais graves da pandemia de covid-19 para

passar as reformas infralegais de desregulamentação [...]. Então para isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas.¹³

TP: Faz sentido que a primeira “boiada” da nossa história não seja essa do Ricardo Salles, mas a dos escravistas das décadas de 1830 e 1840 e seus apaniguados políticos, coniventes e cgestores do crime. Porque o que eles estavam fazendo era um crime. Não [apenas] uma “imoralidade” para os nossos valores [de hoje]. Era um crime medido pela régua da própria legislação da época. De modo geral, o Estado recebia legitimidade porque ganhava o apoio tácito das classes proprietárias e endinheiradas; os políticos recebiam o apoio político; e o Ministério da Fazenda ampliava a sua base fiscal, porque aumento da escravidão significava aumento das exportações. Então, quem estava no andar de cima da máquina pública também levava o seu.

THIAGO CAMPOS PESSOA: O Estado brasileiro teve uma responsabilidade absoluta sobre a reabertura do tráfico.

Thiago Campos Pessoa, que estudou a fundo a trajetória dos irmãos Breves, já escreveu que essa liberação do contrabando foi um dos maiores casos, se não o maior, de corrupção sistêmica da história do Brasil.¹⁴

TCP: As autoridades brasileiras foram mais do que coniventes: foram partícipes. Elas tomaram parte a favor do tráfico. A elite política imperial fez silenciar sobre o desenvolvimento do tráfico. Todo mundo sabia: a elite sabia, a sociedade sabia e a coisa continuava acontecendo porque era algo do qual o próprio Estado brasileiro precisava para sustentação da sua pauta de exportação, muito atrelada ao café, essencialmente.¹⁵

E é aí que entram os irmãos Breves.

TCP: Estes senhores são estudos de caso interessantes para entendermos como uma parcela importante da elite sustentou em termos práticos a continuidade do comércio de africanos e a transformação do próprio comércio de africanos em uma atividade que talvez não tivesse parâmetro em termos de lucratividade e em termos de dimensão de deslocamento do Atlântico para o Brasil até então. A estimativa é de que, dos quase 5 milhões de africanos que desembarcaram no Brasil em cerca de trezentos anos de tráfico, mais de 2 milhões tenham desembarcado na primeira metade do século 19; e, desses, 800 mil nos cerca de vinte anos do período em que o tráfico era ilegal. Em outras palavras, podemos dizer que esse período da ilegalidade em que esses senhores [os irmãos Breves] foram protagonistas foi o período da nossa história em que o tráfico de africanos foi mais volumoso, mais intenso e, talvez e provavelmente, o mais cruel, se é que podemos traçar paralelos de crueldade.

Os irmãos Breves não viram na proibição do tráfico um problema, mas uma oportunidade de negócios. É a tal *alma em-*

preendedora. Muito traficante antigo havia pulado fora, os irmãos viram o vácuo de poder e assumiram a operação. Em sua pesquisa, Pessoa encontrou registros da atuação deles como traficantes somente pós-1831: ou seja, tudo indica que foi só a partir da proibição que começaram a agir; nesse caso, como contrabandistas.¹⁶

TCP: Com a proibição, o que eu diria que realmente mudou com o tráfico, inicialmente, foram os portos de saída e os portos de chegada. Com a ilegalidade, houve uma dispersão pelo litoral africano. Da mesma forma, houve uma dispersão pelo litoral brasileiro. Então os portos legais — e o mais famoso deles era o Mercado do Valongo, região portuária do Rio de Janeiro em torno do Cais Valongo — deixaram de existir de fato. Houve uma dispersão desses desembarques ao longo da costa brasileira. Áreas que hoje são turísticas, famosíssimas no Rio de Janeiro, como Ilha Grande e Búzios, fazem parte de um litoral que começou a se especializar com algumas praias específicas para a recepção de africanos.

E, claro, os irmãos Breves não agiam sozinhos. Não era só para abastecer suas dezenas de fazendas que eles contrabandeavam.

TCP: Uma coisa que eu acho que mudou de maneira interessante foi o envolvimento da própria classe senhorial, da elite imperial, com o tráfico. Por ser algo que se tornou ilegal, essa elite precisou sustentá-lo não só politicamente, mas também criar as condições sociais e até mesmo logísticas para que esse comércio acontecesse a despeito da ilegalidade. Então, podemos dizer com uma certa tran-

quilidade que os 800 mil africanos que chegaram só chegaram porque uma fração talvez hegemônica, ou seja, a fração mais importante da elite brasileira, criou as condições políticas, sociais, econômicas e infraestruturais para que esse tráfico acontecesse. E o que vemos, de certa forma, na própria produção da história brasileira, é certa construção de uma isenção sobre esses indivíduos: como se eles tivessem sido também vítimas dos traficantes. Mas eles não eram vítimas.

Mas espera porque ainda está faltando gente nessa equação. Não era só o Estado brasileiro, os políticos; não eram só os traficantes, nem eram só as elites.

TCP: A escravidão era não só um ativo econômico, mas uma instituição compartilhada por boa parte da sociedade. Aqueles que não eram senhores de escravos queriam ser. Então, nos anos 1830, 1840, o brasileiro comum também apoiava o tráfico de africanos. Ele não via como algo maléfico ou um problema moral, humanitário, aquele comércio.

O buraco é muito mais embaixo. Seria mais fácil pensarmos nessa história com um grande vilão ou uns grandes vilões. Mas a realidade não costuma ser tão simples assim. A fotografia da sociedade brasileira como um todo é bem mais feia do que geralmente se quer admitir.

TCP: Esse tráfico só se manteve clandestino, em operação, porque houve um outro acordo nacional para que ele continuasse existindo.

Um grande acordo nacional.

TCP: Então, por exemplo, José e Joaquim Breves montaram fazendas litorâneas para articular o tráfico. Houve a participação direta, diretiva das autoridades que, por vezes, eram as próprias autoridades dos fortes dessas praias que faziam o recebimento dos africanos, entendeu? É algo, assim, inacreditável.

Os irmãos Breves tinham duas fazendas gigantescas, longe da Corte, montadas especificamente para receber os navios ilegais e para fazer a “engorda” dos escravizados antes de eles serem distribuídos. De vez em quando, o governo brasileiro fazia uma ou outra apreensão de navio, só para fingir que estava cumprindo a lei. *Para inglês ver*. Numa dessas operações, apreenderam o barco *União Feliz*, de Joaquim, aquele que tinha feito a mudança da ex-amante de d. Pedro I.

Durante todo esse período, os irmãos Breves continuaram muito próximos do poder e aumentaram a sua influência política. Eles só se tornaram comendadores, por exemplo, no fim dos anos 1840, quando já contrabandeavam há quase vinte anos.

Também na década de 1840, cada um deles chegou a acumular, ao mesmo tempo, as funções de deputado provincial, vereador e juiz de paz de seus municípios. Sabe quem era incumbido, no interior, de decidir sobre os navios suspeitos de contrabando? O juiz de paz. Era a raposa tomando conta do galinheiro. Eles podiam contrabandear, legislar e inclusive decidir a favor de si mesmos nos pouquíssimos casos em que fossem flagrados. É mole?

Em 1840, José e outros dois deputados apresentaram à Assembleia Provincial do Rio de Janeiro uma representação pela derrubada da lei de 1831. Segundo eles, a medida tinha sido “feita às pressas, em desencontro com a opinião pública, e sem nenhu-

ma política para substituir a mão de obra escrava por braços livres”. E mais: “Promovera a imoralidade, a corrupção e a desmoralização geral ao obrigar os lavradores a burlar a letra da lei”.¹⁷

Não era raro que grandes latifundiários descrevessem a si mesmos como “lavradores”. Esse tipo de retórica desconectada da realidade não ficou no passado. Pouquíssimo tempo atrás, um então ministro da Economia comparou o “empresário brasileiro” a um escravizado: “Tem uma bola de ferro na perna direita, que são os juros altos, uma bola de ferro na perna esquerda, que são os impostos”.¹⁸ Nos anos 1830 e 1840, a proibição do tráfico fazia com que *pessoas de bem* fossem obrigadas a agir como criminosas se quisessem continuar a escravizar seres humanos. Pobrezinhos. Foi sempre mesmo muito dura a vida do empresário brasileiro.

ALOYSIO BEILER: A audácia em burlar a fiscalização, isso era muito próprio do Joaquim Breves. Ele não tinha medo de nada, não se importava. A própria restinga da Marambaia [no Rio de Janeiro] foi adquirida pelo Joaquim para servir de recepção de mão de obra escravizada. O Joaquim tinha embarcações que trafegavam continuamente entre o litoral e a ponta da restinga, que é a ilha da Marambaia, e ali na ilha ele tinha uma grande senzala. O navio tumbeiro vinha da África e desembarcava a carga na Marambaia. A carga humana, né?

O Aloysio, como você leu na Parte 1, sabe tudo da vida do Joaquim Breves. O nome completo dele, aliás, é Aloysio Clemente Maria Infante de Jesus Breves Beiler. Reparou em algo?

AB: Quando eu era garoto, tinha um professor que costumava dizer o seguinte: “Abram alas porque está entrando

a nobreza de Pirai". Eu não entendia muito aquilo, mas era o que ele usava. Tempos depois, na faculdade, algumas pessoas vinham falar comigo e diziam: "Ué, mas você é Breves, da família Breves?". Sou. Eu descendo do Joaquim Breves, sou a quinta geração. Uma vez uma jornalista me fez essa pergunta: "Como você consegue viver carregando um nome tão pesado quanto esse?".

Parte 3

Em 18 de janeiro de 2022, eu e a jornalista Angélica Paulo, produtora e pesquisadora do podcast do *projeto Querino*, fomos de carro até Itacuruçá, um distrito de Mangaratiba (RJ), município a pouco mais de cem quilômetros do centro da capital. De lá, foram mais uns quarenta minutos de barco com o pescador Jorge Moreira até o destino final: a ilha da Marambaia, na ponta da restinga de Marambaia. Quem nos ajudou a planejar a visita foi a esposa de Jorge, Bárbara Guerra, líder comunitária da ilha. Mas nosso foco era a mãe dela, d. Vânia Guerra, que nos acompanhou pelo dia.

De barco, pegamos d. Vânia e fomos para outro ponto da ilha: uma praia sem nenhum tipo de construção, só areia e vegetação. Desembarcamos e andamos rumo ao interior dela.

ANGÉLICA PAULO: E pensar que a gente está pisando no mesmo chão que eles [os escravizados] pisaram naquela época.

VÂNIA GUERRA: É. E, assim, só peço a Deus que tenha misericórdia. E como esse chão veio a ser teto deles, que também seja o meu.